



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - agosto de 2019 - R\$ 5,00

Agrava-se a crise mundial do capitalismo

**Somente o proletariado pode encarnar
o programa da revolução socialista**

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas impostas pela burguesia, desenvolver as tendências de luta dos explorados, com suas reivindicações, método da ação direta e organização independente

**Pela Reconstrução do Partido
Mundial da Revolução Socialista!**

79 ANOS DO ASSASSINATO DE LEON TROTSKY

Viva a IV Internacional!



Apresentação

Dedicamos este Boletim a Leon Trotsky, assassinado no dia 20 de agosto de 1940, em Coyoacán, Cidade do México. A edição coincide com os 79 anos de sua morte. Lev Davidonovich Bronstein contava com 60 anos, quando o agente estalinista, Ramón Mercader, disfarçado de simpatizante do trotskismo, golpeou seu crânio. Tomado pelas costas, no instante em que lia um artigo de Mercader, o assassino, preparado pela polícia política de Stálin, cumpriu o objetivo de acabar com a vida do revolucionário bolchevique. A primeira tentativa de matar Trotsky, no dia 24 de maio de 1940, por meio de uma invasão de seu domicílio, falhou, apesar de os bandidos da GPU terem fuzilado seu aposento.

Os estalinistas procuraram implantar a versão de que se tratava da morte de um traidor da revolução, de um homem do imperialismo, e toda sorte de difamação. Em nome do socialismo e do leninismo, a burocracia terdioriana planejou e executou um dos mais importantes marxistas que se formaram, desde o início do século XX, e que estiveram à frente da revolução proletária na Rússia.

Como Lênin e inúmeros revolucionários, Trotsky passou pelo calabouço da monarquia, e teve de enfrentar anos de exílio. Conheceu Lênin nessa circunstância. Embora tenha tardado em compreender a concepção leninista do partido, e a sua luta contra o oportunismo menchevique, sempre se guiou pela teoria marxista da revolução proletária. Seus escritos de 1905, momento em que o proletariado despontava como a força motriz da revolução democrática, foram testados e comprovados pela Revolução de Fevereiro, e pela de Outubro de 1917. A teoria da revolução permanente não se constituiu apenas em um legado marxista particular à revolução russa, mas também em uma contribuição à teoria geral da revolução da época do capitalismo imperialista.

Dentre os revolucionários russos que mais se deu conta da tarefa de transformar a experiência histórica em teoria, foi um dos que mais se destacaram pelo lugar que ocupou na direção prática do movimento revolucionário. Trotsky compreendeu o valor estratégico dos soviets, criados pelos explorados em luta, pela primeira vez, em 1905. Na revolução de Outubro, colocou todas as suas energias para que a orientação de Lênin se materializasse, embora houvesse aderido ao partido bolchevique somente no momento mais decisivo dos acontecimentos revolucionários. Visto, hoje, notamos que poderia ter realizado uma autocrítica mais consistente quanto às suas divergências com Lênin, e a aliança circunstancial com os mencheviques. No entanto, nenhum bolchevique da direção original foi tão bolchevique e leninista quanto Trotsky, tanto no período da revolução, quanto posteriormente.

O posto que Trotsky ocupou no processo da tomada do poder e na sua defesa diante da contrarrevolução, nos dois anos de guerra civil, de 1918 a 1920, bem como na organização inicial do Estado Soviético, desmentem as falsificações de Stálin e asseclas, utilizadas como arma para expulsar Trotsky do Comitê Central, confiná-lo, degredá-lo, perseguir-lo onde estivesse e, finalmente, destruí-lo fisicamente.

No momento em que se passou esse embate entre estalinismo e trotskismo, após a morte de Lênin, em 1924, a revolução havia internamente se firmado. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se deparava com tarefas mais difíceis. Todas vinculadas à construção do socialismo. A expropriação da burguesia, a transformação da propriedade privada dos meios de produção em proprie-

dade social e a nacionalização das terras tão somente assentavam as bases para o início do desenvolvimento das forças produtivas socialistas. A revolução apenas rompia um dos elos mais frágeis da cadeia mundial do capitalismo. A derrota da revolução na Alemanha interrompia o avanço do proletariado em toda a Europa. Estavam dadas as condições para um período de isolamento da União Soviética. Sabia-se que as profundas contradições do capitalismo imperialista acabariam abrindo novas condições revolucionárias, como de fato vieram a se dar já nos anos 1930.

É nesse marco que emergem as divergências no interior da direção do Partido Comunista Russo. É quando o partido mais necessitava do centralismo democrático. Inevitavelmente, colocava-se a existência de maioria e minoria nas discussões e tomada de decisões sobre a industrialização, a socialização no campo, a dissolução do poder do camponês rico, a quebra do processo de acumulação capitalista interno, etc. Erguia-se o perigo da restauração capitalista. O imperialismo mantinha seu cerco econômico. A combinação de pressões internas e externas se refletia na política econômica do Estado operário.

As divergências entre os principais dirigentes, concentradas entre Stálin e Trotsky, evidenciaram a burocratização prematura do partido. Caminhava-se para a eliminação do centralismo democrático, e, conseqüentemente, para a sua substituição pelo centralismo burocrático. Tudo em nome de Lênin e da tradição bolchevique.

Stálin levaria às últimas conseqüências na deformação e burocratização da ditadura do proletariado. O que lhe permitiu erguer um Estado policial. Liquidou praticamente toda a velha direção bolchevique. Armou os fraudulentos Processos de Moscou. E concluiu com o assassinato de Trotsky.

Esses acontecimentos, em sua mecânica, expõem a degeneração do partido, ao ponto de que se tornou o principal fator entre as forças restauracionistas. A ditadura burocrática iria enfraquecer o controle operário da produção, do partido governante e do Estado.

A vitória da fração imperialista, nas Segunda Guerra Mundial, que acabou sendo liderada pelos Estados Unidos, e a participação da União Soviética na partilha fortaleceram a tese de que a condução de Stálin e os avanços econômicos confirmavam os desvios do trotskismo. O proletariado mundial, no entanto, saiu da grande conflagração sem a III Internacional, liquidada por Stálin. A semente do nacionalismo socialista – abrigada na tese sobre a possibilidade de constituir o “socialismo em um só país” – seria fatal para o futuro da URSS. Evidenciou, nas condições do pós-guerra, que era uma expressão das forças restauracionistas, incrustadas na burocracia do Estado operário, que se degenerou gradativamente, na forma da ditadura burocrática. Estavam dadas as condições para a consolidação das premissas estalinistas sobre a possibilidade do desenvolvimento do socialismo, em meio à “coexistência pacífica” com o imperialismo “democrático”, e da “revolução pacífica”, caminho pelo qual trilharia o proletariado para chegar ao poder.

Lênin foi claro em demonstrar que o desenvolvimento das forças produtivas socialistas na URSS dependia da revolução mundial. Seguiu o princípio marxista de que a revolução, por sua forma, é nacional, e pelo seu conteúdo, internacional. Trotsky levou às últimas conseqüências esse postulado, em sua luta programática contra a tese estalinista do “socialismo em um só país”. E contra as deformações, introduzidas por Stálin, na elaboração de Lênin.

A liquidação programática da III Internacional começou justamente pela revisão dos postulados dos Quatro Primeiros Congressos da época de Lênin. A sua liquidação organizativa ocorreu precisamente no momento que Stálin sujeitou a URSS e os partidos comunistas à fração imperialista vencedora da Segunda Guerra e participou da partilha do mundo, contrariando completamente o programa elaborado por Lênin diante da Primeira Guerra. Bastou que os Estados Unidos assumissem o posto de potência hegemônica na nova partilha para que se armasse a “Guerra Fria” e recrudescesse o cerco econômico e militar à URSS e aos demais países em que a burguesia foi expropriada, para que se evidenciasse o profundo significado anti-marxista da liquidação da III Internacional. Essa concessão aos aliados imperialistas sentenciou a morte dos partidos comunistas no mundo inteiro.

Trotsky, seguindo as lições da luta de Lênin contra a destruição da II Internacional pelo oportunismo socialchauvinista – uma expressão do nacionalismo pequeno-burguês e capitulação diante da burguesia imperialista de seu próprio país –, se colocou pela construção da IV Internacional, assim que ficaram claras todas as evidências da degeneração da III Internacional pelo nacionalismo estalinista, e por sua incapacidade de servir à luta do proletariado, nas condições da nova conflagração internacional.

A liquidação da III Internacional destruiu o Partido Mundial da Revolução Socialista, que se constituiu, sob a direção de Lênin, em meio à Primeira Guerra, à Revolução Russa e ao agravamento da luta de classes em todo o mundo. A IV Internacional, distintamente, nasceu na contracorrente das forças históricas. Não teve como se apoiar em um partido bolchevique e em um levante revolucionário da classe operária.

O triunfo do estalinismo pôde se escorar nas conquistas da revolução de Outubro, principalmente no Estado operário, se bem que desfigurado. Trotsky, isolado e perseguido, se viu na condição dos exilados russos pela monarquia. Desta vez, cercado pelos estalinistas e pelos governos imperialistas, que acatavam os pedidos de Stálin de não permitir nenhuma trégua, a quem tomou como seu maior e mais perigoso inimigo. O último refúgio foi dado pelo governo nacionalista do México, depois de Trotsky peregrinar pela Turquia, França, Inglaterra e Noruega.

De seu abrigo mexicano, liderou a fundação da IV Internacional, em setembro de 1938. O seu Programa de Transição para a Revolução Socialista exprime a imagem precisa da situação de crise estrutural do capitalismo da época imperialista, os perigos da degeneração do Estado operário na URSS, e as tarefas históricas que decorrem de conjunto. Deu continuidade ao programa dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, e incorporou a luta contra a sua liquidação.

A IV Internacional cumpriu a tarefa histórica de defender as conquistas revolucionárias do proletariado, e de preservar o programa e a teoria marxista da revolução proletária e do internacionalismo. Conserva em todos os aspectos fundamentais sua vigência. A sua fragmentação e dissolução na década de 1960, em consequência do revisionismo, que se manifestou no início de 1950, expressou a incapacidade de sua direção de assimilar a luta de Trotsky contra o termidor estalinista, e de impulsionar suas seções a aplicarem o Programa de Transição, constituindo-se em partido-programa, e a penetrarem no seio do proletariado de seus países.

Sem que as seções se constituíssem como vanguarda no interior

da classe operária, a exemplo do POR da Bolívia, não era possível que a IV Internacional se levantasse como Partido Mundial da Revolução Socialista. A não ser na sua constituição como programa internacionalista, e como síntese do percurso do combate da Oposição de Esquerda ao revisionismo estalinista. Da crise que se instaurou após a morte de Trotsky, infelizmente, não surgiu uma fração que encarnasse os ensinamentos do leninismo. A IV Internacional acabou fragmentada, em correntes centristas. Fenômeno que persiste até os nossos dias, expressando a profunda crise de direção aberta com a destruição do partido bolchevique e liquidação da III Internacional.

A derrocada definitiva da URSS se encarregou de comprovar o lugar do estalinismo de covarde da revolução. Os Partidos Comunistas se despedaçaram, expondo sem atenuantes sua adaptação ao capitalismo e à sua democracia putrefata. Eis por que partidos históricos, como o Partido Comunista Italiano (PCI), acabaram renegando o marxismo-leninismo, e confluindo para o leito da socialdemocracia.

As tentativas mais recentes, de se desfazerem das vestes estalinistas, acabaram colocando os PCs, ainda mais na dependência do nacionalismo. Não têm como se reivindicar do internacionalismo. Nenhum deles escapou da responsabilidade sobre a liquidação da III Internacional. O nacionalismo chavista em alta, com a impostura do seu “socialismo do século XXI”, se aventurou a levantar a bandeira de uma V Internacional. Bastou que o regime burguês nacionalista de Chávez entrasse em colapso, para que a fraude se desmanchasse.

Não há fórmula, não há atalho, para resolver a crise de direção. A vanguarda tem em suas mãos o programa, a teoria e a rica experiência das revoluções do século passado, principalmente a da revolução russa. Tem também a trágica experiência da fragmentação da IV Internacional, que expressou e expressa o abandono do Programa de Transição, dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e das conquistas teóricas do leninismo. Qualquer ruptura na cadeia de relação entre marxismo-leninismo-trotskismo resulta em confucionismo, oportunismo e revisionismo contrarrevolucionário. Resulta em obstáculo à luta da vanguarda proletária por resolver a tarefa histórica da crise de direção mundial. Resulta em desvio do objetivo de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução a IV internacional trabalha sobre a base dessa compreensão. O capitalismo não rejuvenesceu com o processo de restauração capitalista. Ao contrário, se mostra completamente impossibilitado de resolver a contradição entre as suas forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção na forma monopolista; impossibilitado de resolver o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. A crise aberta em 2008 indicou - entre todas as crises econômicas do pós-guerra - que tais contradições empurram o capitalismo a realizar a destruição de forças produtivas em grande escala. Esse é o sentido da guerra comercial, declarada por Trump. A retomada dos choques interimperialistas, próximos ao nível dos anos 1930, põe à luz do dia as premissas objetivas da revolução socialista. É o que Boletim do Comitê de Enlace procura demonstrar, e convocar a vanguarda a se colocar na linha de frente da luta mundial do proletariado. ■

Viva a luta de Trotsky em defesa do internacionalismo marxista-leninista!

*Pela direção do Comitê de Enlace, Atílio de Castro
18 de agosto de 2019*

“ *A vanguarda tem em suas mãos o programa, a teoria e a rica experiência das revoluções do século passado, principalmente a da revolução russa.* ”

A crise econômica estrutural do capitalismo e a guerra comercial

1. A virada protecionista das metrópoles imperialistas

As metrópoles imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, etc.), em resposta à crise, estancamento e queda da economia mundial, vêm anunciando e adotando medidas protecionistas. Pressionam para que as semicolônias, ao contrário, abram ainda mais suas fronteiras nacionais. As potências fecham as fronteiras, desvalorizam suas moedas diante do dólar, que é permanentemente desvalorizado pelo governo norte-americano, aplicam fortes taxas às importações estrangeiras, etc. Tudo isso para impedir que as mercadorias baratas, provenientes de outros países, particularmente da China, empurrem a um maior colapso os deprimidos aparatos produtivos das metrópoles.

As medidas protecionistas que uns países adotam contra outros tencionam as suas relações e exacerbam a guerra econômica.

Na época presente, as forças produtivas cresceram, ao ponto de se projetarem mundialmente em uma magnitude extraordinária. A sua capacidade produtiva não pode ser contida dentro das fronteiras nacionais. A sua existência depende de sua projeção no mercado mundial. Daí que as medidas protecionistas, adotadas pelas metrópoles imperialistas, sejam insustentáveis, em longo prazo. São acidentes conjunturais, para tratar de apaziguar momentaneamente a pressão econômica externa, e o mal-estar social interno.

O recente acordo comercial entre a China e os EUA, que, segundo alguns analistas chineses, significa maiores concessões que as norte-americanas, não toca em questões cruciais, como das exportações chinesas de aço, alumínio, de peças de veículos, etc., e abre a possibilidade de ampliar as vendas chinesas aos EUA, e de abrir o mercado chinês para os produtos financeiros norte-americanos (cartões de crédito e outros), e carne bovina. Este acordo está longe de eliminar as contradições econômicas estruturais, derivadas do desenvolvimento das forças produtivas, que se chocam com a manutenção das fronteiras nacionais e da estreiteza do mercado.

Ao contrário do que significam as medidas protecionistas aplicadas por uma nação oprimida, que são medidas anti-imperialistas, voltadas contra o saque, o protecionismo como política aplicada por um país imperialista tem um conteúdo profundamente reacionário, expressa que a concorrência entre as metrópoles imperialistas pela divisão e controle da economia mundial chegou a um ponto, em que se faz vital para a subsistência e a expansão das forças produtivas de uns remover o espaço vital de outros. É uma política voltada a precipitar a quebra das economias mais débeis, a destruição das forças produtivas dos países semicoloniais para o benefício das metrópoles imperialistas, e para pressionar as economias de outras potências em ceder posições, e dar espaço à expansão das forças produtivas. O imperialismo leva em suas entranhas essa tendência de transformar a guerra comercial em guerra bélica, a diplomacia e a negociação de acordos comerciais não

são mais que a postergação do confronto, para continuar avançando na tomada de posições mais vantajosas para o próximo confronto.

Lênin explica que, no período de transição do capitalismo, na sua fase imperialista, a necessidade de reverter a tendência à queda da taxa média de lucro, consequência inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, levará a burguesia a exportar capital financeiro para as colônias e semicolônias, em busca de mão-de-obra e matérias-primas baratas, estabelecendo zonas de influência, e repartindo o mundo segundo as forças, capacidade econômica e bélica de cada potência imperialista. A expansão das forças produtivas, conseguidas por esta via, rapidamente levava uma potência a se chocar com outras, exacerbando a guerra econômica, ora franca e abertamente, ora velada, mas sempre levando à ameaça de uma confrontação bélica.

Temos de ter em mente um cenário de características similares às que se manifestaram no marco da grande depressão e crise econômica na década de 1930, que provocou a guerra comercial, com medidas protecionistas adotadas pela Alemanha contra a Inglaterra e os EUA, e vice-versa. As medidas adotadas não estancaram a crise, e a resolução da guerra comercial se deu com a nova repartição do mundo imposta pelas potências vencedoras da II guerra mundial.

Nesse contexto, a necessidade de valorizar o capital impõe à burguesia imperialista a urgência de atacar as conquistas sociais das massas. Hoje, estamos diante do fato de que, para reverter a tendência de queda da taxa média de lucro, o capital financeiro imperialista, assentado nos países semicoloniais, tem de empurrar para a precarização as condições trabalhistas do proletariado, rebaixando os salários, diminuindo ou anulando benefícios sociais, etc. Isso, não somente nos países atrasados e semicoloniais, mas também nas próprias metrópoles imperialistas. As políticas de perseguição aos imigrantes rebaixam os salários, não somente dos imigrantes, mas também da própria mão-de-obra formal. O fomento do racismo serve a estes fins, divide o proletariado e os explorados, em benefício da superexploração da força de trabalho por parte do capital financeiro.

A burguesia está diante da urgência de destruir a superprodução do período precedente. Para isto, vem descarregando todo o seu peso sobre os países pobres, sobre os operários e as massas oprimidas, tanto das metrópoles como da periferia semicolonial. Aqui, o problema não é quem paga, mas sim quanto paga cada um, para que a burguesia imperialista saia de sua crise. No entanto, as massas têm demonstrado que não estão dispostas a abaixar a cabeça facilmente. O capitalismo em crise, para sobreviver, precisa de sangue e sofrimento do proletariado e das nações oprimidas. A situação política mundial tende a ir aos extremos da luta de classes.

A diminuição do crescimento na China, a retração no Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o pequeno crescimento nos EUA, e a estagnação na Europa assinalam que a economia mundial não conseguiu superar as contradições colocadas pela crise.

Os governos são empurrados para atacar ainda mais a força de

“ *A burguesia está diante da urgência de destruir a superprodução do período precedente. Para isto, vem descarregando todo o seu peso sobre os países pobres, sobre os operários e as massas oprimidas, tanto das metrópoles como da periferia semicolonial.* ”

trabalho e para restringir as liberdades políticas das massas, em geral, e das minorias, em particular. O conjunto das nações ficou mais pobre, mais endividado e comprometido a intensificar as condições de exploração do trabalho assalariado, por várias gerações. Potenciam-se, assim, as convulsões internas.

2. A guerra comercial e o veloz esgotamento das políticas burguesas imperialistas de paliativos para conter a crise capitalista estrutural

A economia mundial deu um giro, a breve recuperação dos recentes anos diminuiu, confirmando os prognósticos apontados nos documentos prévios do POR/CERQUI, no sentido de que a recente expansão econômica mundial seria muito breve. Em janeiro de 2019, o FMI foi obrigado a rebaixar as projeções de crescimento econômico mundial. *“A expansão mundial se debilitou. Estima-se que, em 2018, o crescimento mundial foi de 3,7%, conforme o prognóstico na edição de outubro de 2018, de Perspectivas da economia mundial (informe WEO), apesar do desempenho mais fraco de algumas economias, particularmente Europa e Ásia. Projeta-se que a economia mundial cresça 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020, ou seja, 0,2 e 0,1 pontos percentuais a menos do que o projetado em outubro passado”* (FMI Atualização de Perspectivas da economia mundial. Janeiro de 2019).

Assinala-se que um dos principais fatores para esta contração é a guerra comercial, desatada entre China, União Europeia e EUA, principalmente: *“Os prognósticos de crescimento mundial, correspondentes a 2019 e 2020, já foram revisados para baixo no último informe WEO, em parte por causa dos efeitos negativos dos aumentos de tarifas, introduzidas nos EUA e China previamente neste ano.”* (idem).

A economia chinesa atravessa um período de contração, todos os prognósticos apontam que este ano se registrará o mais baixo crescimento da última década. A recuperação da Europa está parada, igual à dos EUA.

Estes dados recentes (maio de 2019) dão uma ideia da questão: *“Aumenta a guerra comercial entre ambos os países, e seus efeitos foram notados nas Bolsas de todo o mundo, entre elas a espanhola, que caiu 8 décimos. As maiores perdas, para as empresas exportadoras... O restante das principais bolsas europeias também anotaram retrocessos, particularmente algumas. A de Frankfurt registrou uma queda de 1,5%, a de Milão caiu 1,3%, Paris 1,22%. O Standard & Poor's caiu 2%, e a NASDAQ, que tem as tecnologias, caiu 2,8%. A queda desta última vem motivada pela questão das empresas tecnológicas, onde se concentra a guerra comercial. As tarifas são fundamentalmente sobre produtos têxteis e de tecnologia. Um exemplo: A Apple. A fabricante de iPhone teve baixa de 5% na bolsa, e não foi a única. (A guerra comercial entre EUA e China: causas, consequências e como afeta o bolso dos cidadãos https://cadenaser.com/programa/2019/05/13/hora_25/1557782756_231903.html).*

O Banco Mundial, neste mês de julho, abaixou em 0.5% as expectativas de crescimento da economia mundial, para 2020. O FMI expressa a sua preocupação pela acelerada deterioração das condições econômicas mundiais, e afirma que *“A principal prioridade comum em matéria de políticas é que os países cooperem e resolvam logo as suas desavenças comerciais, e a conseqüente incerteza em torno às políticas, em vez de elevar ainda mais as barreiras perniciosas, e desestabilizar uma economia mundial, que já está se desacelerando”* (idem).

A unidade econômica europeia está em franco retrocesso. O im-

perialismo norte-americano, no marco da guerra comercial desatada, vem impulsionando a desintegração da comunidade econômica europeia. O Brexit lhe serve de ponta de lança neste processo. A resistência, por parte da burguesia inglesa, em acelerar a sua aplicação, resulta da evidência de que a economia da Ilha, seja qual for a forma de sua aplicação, terminará afetada, perdendo peso econômico e importantes mercados. A burguesia inglesa não encontra a fórmula apropriada para sair do impasse.

A restauração capitalista na China se dá no período de esgotamento da divisão econômica mundial, derivada da II Guerra mundial. A vertiginosa expansão econômica da China tem como base a superexploração da força de trabalho e a preservação do controle estatal, nas mãos do Partido Comunista Chinês, dos ramos fundamentais da economia e do comércio exterior. Em grande medida, o atual fortalecimento da economia chinesa resulta de acordos chineses e norte-americanos na década de 1970, acordos realizados no marco da guerra fria, e que obedeciam a pretensão do imperialismo norte-americano, de usar os chineses como um freio contra a expansão soviética. Hoje, a China, convertida em uma potência econômica mundial, rivaliza com os interesses de importantes setores do capital financeiro norte-americano.

A guerra comercial desatada pelo governo Trump para obrigar os chineses a cederem espaço à produção e mercadorias norte-americanas poderá conseguir certas concessões, mas sob nenhuma circunstância impedir as contradições estruturais que resultam da contradição entre as forças produtivas hiperdesenvolvidas e a estreiteza do mercado, ou seja, o choque entre o modo de produção baseado no trabalho socializado com a máquina quase robotizada, com o modo de intercâmbio vigente, resultado da vigência da grande propriedade privada burguesa, da apropriação individual e privada do produto social.

Nos EUA, o que inicialmente parecia como um êxito da política protecionista de Trump, o crescimento do emprego, hoje, se mostra o contrário, se vê freado pelas consequências internas, provocadas pela sua política de aplicar fortes tarifas aduaneiras aos produtos importados da China e de outras latitudes, e que servem de insumos para a produção estadunidense. Os custos da produção aumentam. O que desacelera a economia e atinge os salários e empregos no país.

Este prognóstico, feito em 2018, por um analista norte-americano, foi plenamente confirmado pelo desenrolar dos acontecimentos: *“Pode-se dizer claramente que seriam os trabalhadores e os consumidores os que levariam a pior parte. Assim, as tarifas sobre as importações reduzem e limitam o poder de compra das famílias, porque o encarecimento dos bens, comprados no exterior, diminui a sua renda disponível, repercutindo para piorar o consumo. E, não podemos esquecer de que toda esta situação de incerteza originária faz com que as famílias e as empresas poupem mais e invistam menos, o que prejudicará a economia. Um tema que Trump não costuma comentar é que o protecionismo também traz outras consequências negativas para os norte-americanos: o aumento da inflação, e se as tarifas se prolongarem por anos ou décadas, os investimentos migrariam para outras zonas geográficas.”* (Todas as consequências da guerra comercial e de tarifas entre os Estados Unidos e a China <https://www.ismaeldelacruz.es/todas-las-consecuencias-de-la-guerra-comercial-y-aranceles-entre-estados-unidos-y-china/>).

Nestes últimos dias, várias empresas chinesas e europeias anunciaram que os investimentos programados para os EUA seriam levados para o México, ou para países asiáticos como o Vietnã.

O governo Trump vai de fracasso a fracasso, tanto em matéria de política interior como exterior. Trump fracassou na tentativa de desmantelar a política de saúde do Obamacare, não conseguiu a aprovação do financiamento para a construção do muro contra o México. Em matéria de política exterior, a administração Trump reconhece o fracasso de sua intervenção na Síria e no Iraque, que momentaneamente permitiu elevar os preços do petróleo, hoje, novamente em baixa. O Brexit, apesar das pressões da administração de Trump, não avança com a celeridade que interessa ao imperialismo norte-americano. Apesar das promessas de apoio por parte de Trump, a burguesia inglesa não concorda em avançar corajosamente na política de romper com a União Europeia. O novo tratado comercial firmado entre Canadá, México e EUA, em substituição ao NAFTA, não materializou as ameaças de endurecimento de medidas protecionistas extremas que foram anunciadas. Apenas se elevou de 64% para 70%



(...) a necessidade da burguesia imperialista de provocar uma massiva destruição de forças produtivas empurra a uma conflagração bélica, contra quem não queira ceder espaço para a expansão imperialista norte-americana.

a obrigatoriedade de utilização de insumos dos países membros do acordo, reduzindo o limite de tolerância de componentes externos a 30%, na fabricação de produtos da região, para que esses produtos não recebam castigos tarifários. Isso como resultado das pressões internas dos capitalistas norte-americanos, que se viram gravemente afetados pelas tarifas aduaneiras elevadas, que não lhes permitiriam tirar a esperada vantagem da mão-de-obra barata mexicana. A investida contra a empresa chinesa HUAWEI terminou em um vergonhoso recuo, diante das pressões internas das empresas norte-americanas, que se viram gravemente afetadas pelas medidas da administração Trump. A administração Trump não conseguiu chegar a um consenso político mundial, suficiente para desatar uma intervenção militar direta contra a Venezuela, etc.

Uma medida que indica a gravidade da situação é exposta por um analista que afirma: "A economia estadunidense arrasta, desde a década de 1960, uma tendência de queda no ritmo de crescimento de sua economia. A última vez que cresceu mais de 6% foi em 1984, e não conseguiu sustentar esse ritmo, nem sequer por um ano. A partir da liberalização dos mercados, em 1980, o seu PIB per capita cresceu 1,61% em média, por ano, e somente 0,6%, desde a crise de 2007. Os EUA encaram, desde 1980, um saldo comercial crescentemente defi-

citário. Apoiadas sobre a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e o desenvolvimento das finanças internacionais, as empresas transnacionais estadunidenses estenderam uma rede global de encadeamento produtivo, que concluiu nos EUA, e conformou uma dinâmica interna de sobreconsumo, importando mais do que o que exporta, e pode realmente consumir".

"Essa dinâmica deslocou a produção estadunidense para os países com maiores níveis de produtividade e menores custos, gerou um aparato interno industrial/produtivo menos competitivo, e provocou uma queda na produtividade do trabalho manufatureiro. Ao contrário, a China, mediante a sua política de abertura comercial planejada, e do estabelecimento de zonas francas industriais, desde 1980, atraiu estas cadeias produtivas manufatureiras até as suas costas, e promoveu a sua integração ao mercado mundial, desde a esfera da produção industrial com capital estadunidense, essencialmente, mas também europeu.

"Perspectivas da guerra"

"O atual cenário econômico internacional começou a mostrar, a partir da guerra comercial, iniciada em 2018, a situação real dos atores que disputam a hegemonia mundial. A grande crise, que atinge estruturalmente a economia norte-americana, com déficit na balança comercial e gastos crescentes, pouco crescimento, baixa produtividade e uma profunda crise política, não se parece em nada com a estimada desaceleração, de 6,2% do crescimento anual da economia chinesa, para 2019. Se bem que uma guerra comercial não

beneficia ninguém, a China é a menos afetada".

"No centro da guerra comercial não estão o déficit estadunidense e o comércio desleal chinês, mas sim a batalha tecnológica no desenvolvimento de níveis superiores das forças produtivas. Se é verdade que esta batalha não se expressa unicamente no desenvolvimento do 5G, mas aparece no desenvolvimento de transportes autônomos, na transformação da matriz energética, na engenharia genética, na biotecnologia, etc., se pode afirmar que a rede 5G representa o eixo fundamental disto. Similar aos sucessivos aumentos das tarifas de importações chinesas, o bloqueio tecnológico, que muito possivelmente os EUA levantarão contra a Huawei, conduzirá, inevitavelmente, as mesmas conclusões dentro dos Estados Unidos: 1) encarecimento dos produtos de consumo interno, 2) baixa produtividade pela elevação dos custos de partes e peças de importação, 3) aumento do déficit comercial, e perda de competitividade no mercado mundial, e 4) reforço da perda de competitividade diante da economia chinesa: 5) os mercados financeiros de Nova York perderão competitividade porque não terão a velocidade que se terá na Ásia e Europa. As proteções tardias não salvam a competitividade".

"A possibilidade de um eventual acordo comercial entre EUA e China, nas condições atuais, é muito baixa. A questão central é, então, o quanto os EUA podem aguentar, com o déficit comercial mais alto do mundo, uma guerra comercial com o exportador mais importante. De imediato, as empresas estadunidenses iniciaram uma realocação de suas cadeias de produção: a Apple realocou a Foxconn, uma empresa chave, fora da China, e a Huawei retornou a sua produção nacional, em detrimento de empresas suas que se encontravam no exterior, in-

clusive nos EUA. Para o resto do mundo, é diferente, o problema será até onde pode ser afetado o mercado mundial, se o conflito comercial entre EUA e China se mantiver e aumentar, especialmente em questões de comércio tecnológico.” (Huawei e a guerra comercial entre EUA e China <https://www.alainet.org/es/articulo/198839>).

As transnacionais imperialistas migraram para a China e outros países buscando mão-de-obra barata. As medidas protecionistas adotadas por Trump, para benefício de um certo setor da burguesia norte-americana, terminaram prejudicando os interesses de outro setor do capital financeiro imperialista, conflito que se reflete nas profundas disputas e divergências políticas, que dividem as diferentes facções da política norte-americana, não somente entre democratas e republicanos, mas principalmente no interior do próprio partido republicano. O crescente mal-estar interno nos EUA será acentuado pela contração da economia norte-americana, tudo indica que a política da administração Trump está esgotada. Não tem possibilidade de superar circunstancialmente as crises capitalistas, e muito menos de revertê-las, inaugurando um longo período de expansão econômica relativa, como o que teve lugar depois da II Guerra mundial, por exemplo. As medidas adotadas terminam voltando-se contra os seus executores, acentuando a crise e as tendências recessivas.

As tendências bélicas, racistas e fascistas mais radicais no interior do partido republicano e no da burguesia imperialista norte-americana não conseguiram se impor, por falta de condições propícias internas e externas, não somente por causa das disputas entre as frações da burguesia imperialista, mas principalmente pelo ânimo das massas, que não estão dispostas a suportar a destruição de suas condições de vida em benefício do capital financeiro imperialista. O ascenso das massas, que marca o período, não foi freado, e muito menos derrotado. Os fracassos da administração Trump não implicam que tenha desaparecido a necessidade da burguesia imperialista de provocar uma massiva destruição de forças produtivas e, nesta medida, empurrar uma conflagração bélica, contra quem não queira ceder espaço para a expansão imperialista norte-americana. A ponta de lança deste processo é a guerra comercial desatada entre as potências imperialistas.

As políticas aplicadas pelos governos imperialistas vêm empurrando a economia mundial para uma desagregação cada vez maior, onde o resultado é uma crescente destruição de forças produtivas, em particular da força de trabalho. O dilema é que, no marco dos ritmos da guerra comercial e dos acordos comerciais e diplomáticos, a destruição produzida não alcança o volume suficiente que dê uma margem de expansão mais ampla e duradoura, como o que resultou depois da descomunal e sangrenta destruição da II guerra mundial. Este trecho da Oxford Economics dá uma medida sobre o tema:

“O impacto”

“Oxford Economics elaborou um informe muito interessante... Basicamente estima que, se Trump aplicarem a tarifa de 25% a todas as importações da China (e esta tome represálias como é de se esperar) o PIB dos EUA terá um impacto ao redor de 0,5%, e o crescimento do PIB da China se reduziria mais ou menos 1,3%, em 2020, reduzindo-se a um ritmo anual sem precedentes de 5%, ainda que o PIB mundial sofra uma perda significativa de 0,5%.”

“Em outro cenário mais extremo, com uma guerra comercial multilateral generalizada, se os EUA aplicarem tarifas de 35% em todas

as importações da China, e de 25% em tarifas automáticas a nível mundial, junto com 10% de tarifas gerais sobre todos os demais bens importados da União Europeia, Taiwan e Japão, e todos os países realizarem represálias, calcula-se que daria lugar a um impacto de 2,1% no PIB dos EUA, em 2020, o que empurraria a economia para uma recessão, a economia da China se contrairia em 2,5%, enquanto a Europa e Japão teriam perdas médias de 1,5% do PIB, e o PIB mundial se reduziria em 1,7%.”

“Tudo isso sem esquecer o dano que se provocaria na confiança do setor privado e na queda das Bolsas que, provavelmente, forçaria os Bancos Centrais a realizarem importantes cortes nas taxas de juros e outras medidas.” (Todas as consequências da guerra comercial e tarifárias entre EUA e China <https://www.ismaeldelacruz.es/todas-las-consecuencias-de-la-guerra-comercial-y-aranceles-entre-estados-unidos-y-china/>).

Neste cenário, no qual as forças produtivas não encontram espaço para se expandir, as “desavenças” entre as potências imperialistas somente podem se resolver na base da submissão umas pelas outras, o que implica que uma potência de renúncia a se expandir, em benefício de outra. As forças produtivas hiperdesenvolvidas se chocam com as fronteiras nacionais. A sua existência depende de sua projeção até a economia mundial e, nessa medida, a confrontação imperialista tende até a conflagração bélica. Todo conflito regional de importância contém os elementos germinais de uma confrontação mundial. Neste sentido, a burguesia imperialista precisa gestar as condições políticas para sustentar ações mais agressivas e ditatoriais.

Essas conclusões apontadas nos documentos do CERQUI foram plenamente confirmadas pelo desenvolvimento dos acontecimentos:

1. Vivemos na época do capitalismo monopolista em sua fase de desintegração. As forças produtivas deixaram de crescer e se desagregam, ao se chocarem com as relações capitalistas de produção baseadas na grande propriedade privada burguesa; seu desenvolvimento integral é impossível nas atuais condições. A sobrevivência do capitalismo somente é possível com a periódica destruição de forças produtivas, principalmente da força de trabalho.
2. A divisão do mundo, realizada ao final da II guerra mundial, se esgotou. Não há espaço para a expansão do comércio e o desenvolvimento industrial, sem que isso implique em choques com a expansão de outra potência econômica. O choque inter-imperialista aumenta, se exacerba na guerra comercial, e no ascenso armamentista.
3. As medidas circunstanciais de ajuste monetário e fiscal, os acordos diplomáticos e tratados comerciais, não são suficientes para inaugurar um período amplo de expansão do comércio mundial. A burguesia vem oscilando, entre medidas protecionistas e de maior intervenção estatal para frear o colapso das grandes corporações e entidades financeiras, para a seguir afrouxar os controles para uma maior liberalização das forças cegas do mercado, e novamente retornar os controles estatais. Nenhuma das medidas adotadas foi capaz de frear a decomposição econômica derivada da crise de superprodução.
4. A burguesia e o imperialismo, na tentativa de reverter a tendência de queda da taxa média de lucro, não têm outra saída que não seja a de intensificar a exploração da força de trabalho, por

“As políticas aplicadas pelos governos imperialistas vêm empurrando a economia mundial para uma desagregação cada vez maior (...)

meio da precarização das condições de vida e trabalho do proletariado e das massas trabalhadoras. Rebaixar o valor da mercadoria força de trabalho é um imperativo para a sobrevivência do grande capital.

5. É fato que a destruição parcial das forças produtivas do período imediatamente precedente não foi suficiente para inaugurar um período relativamente amplo de expansão dos negócios para a burguesia imperialista. O caráter cíclico da crise estrutural do capitalismo se acelera. Não se encerraram ainda os estragos ocasionados pela crise de 2008, quando se sobrevêm outra quebra financeira, outra crise, seguida de outro descalabro e assim sucessivamente.

3. Como a guerra comercial entre China e os EUA afeta a América Latina?

A burguesia latino-americana vem oscilando entre os polos opostos da guerra comercial imperialista. Para as maiores economias latino-americanas (Brasil, Argentina, México, etc.), a China se tornou a sua principal sócia comercial, mas, apesar disto, a poderosa pressão do imperialismo norte-americano leva os governos da região a adotarem ações contrárias a seus próprios interesses econômicos.

A seguinte análise foi fortemente confirmada: *“No fundo, o plano comercial não é mais que um aspecto parcial de um conflito que se liga à concorrência hegemônica entre as duas maiores potências do século XXI, e que, por isto, impregna todos os campos das relações internacionais.”*

“Por trás, está o enfraquecimento industrial e exportador dos EUA e a superprodução chinesa em aço e eletrônicos.”

“Na América Latina, as investidas das corporações e dos interesses e projetos estadunidenses e chineses põem os nossos países em uma situação de escolher e tomar partido de um lado no tabuleiro em que se joga a partida pela hegemonia global.”

“A crescente influência da China e de seus sócios locais, na disputa pelos interesses descontraídos entre as potências na região, tem provavelmente muita relação com o processo latino-americano de integração estar caminhando para a desintegração.”

“A guerra comercial condiciona os governos envolvidos a um alinhamento muitas vezes contrário a seus próprios interesses.”

“Muitas das grandes corporações chinesas se converteram em sócios externos de poderosos setores agrários, industriais, comerciais e financeiros locais, por meio dos quais as corporações estatais e privadas

da China adquirem influência econômica e política e obtêm contratos. No marco de associações bilaterais ou inter-regionais, se perfilam um verdadeiro “consenso das infraestruturas”. Em muitos casos, o fazem afastando empresas estadunidenses ou europeias.” (Como a guerra comercial entre EUA e China afeta a América latina?) <https://asiaink.americaeconomia.com/columna/como-afecta-latinoamerica-la-guerra-comercial-china-eeuu>

Para os trabalhadores, a exploração da força de trabalho pelas empresas chinesas se apresenta como um endurecimento de suas já ruins condições trabalhistas e salariais. Os abusos, o desrespeito às leis trabalhistas protetoras, as práticas despóticas, etc. os levam a se chocar com os patrões chineses, e a comprovar em sua pele que o capital financeiro, independentemente da roupagem que use, seja norte-americano, europeu, russo ou chinês, tem como propósito extrair o maior proveito possível da exploração da mão-de-obra barata e do saque dos recursos naturais. A guerra comercial vem junto com medidas orientadas a precarizar as condições de trabalho, porque, sobre a base dela (baratear os custos da produção por meio da destruição física da força de trabalho), está a tentativa de um se impor sobre o outro.

A América Latina pagará o preço da guerra comercial. Isso já vem ocorrendo com a queda dos preços das matérias-primas. Com a invasão de mercadorias baratas, a indústria nacional, que não pode competir com as estrangeiras, fecha postos de emprego, e acentuam-se as tendências recessivas na economia. Embora alguns setores da economia e alguns países em particular, a exemplo do México, poderiam ser favorecidos circunstancialmente por um maior investimento estrangeiro direito, isso não modificaria a tendência geral de contração da economia mundial e a necessidade da burguesia imperialista, de precipitar uma massiva destruição de forças produtivas, que permita sobreviver e valorizar o grande capital financeiro imperialista. A disputa entre as potências imperialistas, por cada pedaço das economias latino-americanas, trará consigo crises políticas, sociais e econômicas. O proletariado latino-americano está obrigado a se posicionar. Em suas mãos, está a capacidade de impedir que as burguesias nacionais, cujo caráter entreguista é evidente, junto com as potências imperialistas, destruam ainda mais as condições de vida dos povos latino-americanos. ■

Pela seção boliviana, Ulisses

Armamentismo, restauração capitalista e a política proletária na atual situação mundial

A etapa de decomposição capitalista é marcada pelas crises e guerras, revoluções e contrarrevoluções. É importante frisar esse fundamento marxista para compreender os rumos da situação política mundial. Em certa medida, essa compreensão não escapa aos analistas e políticos burgueses mais lúcidos, que têm alerta sobre a gravidade dos violentos choques entre os Estados nacionais. E que assinalam que a fase atual da situação mundial se aproxima, cada vez mais, da existente no período imediatamente anterior à deflagração da Segunda Guerra Mundial.

A prova viva desse percurso é a impotência das organizações internacionais em equacionar os choques mundiais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) não consegue regulamentar e resolver as violentas disputas comerciais. Os acordos interna-

cionais e suas normas legais são desconhecidas e rompidas permanentemente. É o que se passa com a passagem da política do “multilateralismo” à do “unilateralismo”. Por sua vez, o Conselho de segurança da ONU, organismo que objetiva equacionar os atritos entre as potências imperialistas, de um lado, e os demais países, de outro, não passa de uma tribuna oca. A guerra contra o Iraque e as ações bélicas imperialistas na Líbia e Síria, por fora e contra as resoluções da ONU, demonstraram o quanto a organização que surgiu do equilíbrio político mundial de pós-guerra não mais se ajusta à nova etapa da crise estrutural do capitalismo. O mesmo se observa com a situação dos Tribunais Internacionais, erguidos para arbitrar os conflitos políticos, econômicos e jurídicos entre Estados. Basta a afirmação dos EUA de não se sub-

metem a nenhuma instância que limite suas decisões unilaterais para se constatar que o equilíbrio do pós-guerra está decrépito.

No último período, prevalecem nas relações políticas e econômicas entre os Estados as imposições de interesses particulares ou nacionais à força, seja por meios políticos, econômicos ou militares. A manifestação mais clara desse processo é, hoje, o gigantismo dos orçamentos militares dos países envolvidos - direta ou indiretamente - nas disputas por mercados, territórios e recursos naturais.

É o que se verifica no estudo do *Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo* (SIPRI, na sigla em inglês). Segundo constata, os gastos militares globais em 2018 superaram 1,8 trilhão de dólares: um aumento de 2,6% em relação a 2017, superando assim os gastos realizados na Guerra Fria. O relatório se refere particularmente aos gastos “declarados” em armamentos, tecnologia militar, munições e suprimentos, que cresceram ano após ano, até atingirem 3,5 % do PIB mundial total.

No entanto, o SIPRI não inclui a venda ilegal de armamento, os “gastos reservados” em “operações militares especiais” ou em intervenções militares, que permanecem como “segredos de Estado”. Tampouco detalha os montantes de dinheiro público ou privado investidos em tecnologias robóticas e digitais, em técnicas de controle comportamental, em produção de agentes químicos, etc., que se orientam a desenvolver maiores capacidades militares ou repressivas dos Estados. Nota-se, de fato, um rápido crescimento de verdadeiros Estados policiais, o fortalecimento das agências de segurança que avançam no controle político e social. É nessas condições que ocorre a ascensão política de movimentos e partidos direitistas, nacional-chauvinistas e de marcadas tendências fascizantes. O armamentismo e o aumento das capacidades repressivas dos Estados se orientam tanto a impor uma nova repartição de territórios e mercados em disputa, quanto a perseguir e esmagar rebeliões nacionais, operárias e populares, que começam a assumir a luta anti-imperialista e anticapitalista.

Capacidades bélicas e guerra comercial

No topo da lista dos países que mais gastam em armamentos, acham-se os Estados Unidos. Em 2018, aumentaram em 4,6% seus investimentos, alcançando US\$ 649 bilhões. No início de 2019, o governo de Trump assinou um novo orçamento, desta vez de US\$ 686 bilhões. E já requisitou US\$ 718 bilhões para 2020. De forma que os EUA movimentarão cerca de US\$ 7 trilhões em armamentos ao longo da próxima década: montante semelhante aos gastos combinados em educação, infraestrutura e saúde pública. Ora, o principal objetivo do governo imperialista é o de “modernizar” e “desenvolver” um gigantesco e moderno arsenal militar capaz de preparar o país para “conflitos entre grandes potências”, como afirma o relatório do governo. Refere-se à possibilidade certa de conflitos com China e Rússia, especialmente. Nesse sentido, Trump destinará mais US\$ 500 bilhões para a modernização da tríade nuclear - mísseis balísticos intercontinentais, mísseis balísticos lançados por submarinos e bombardeiros estratégicos.

A maior potência imperialista supera em duas vezes e meia os gastos militares da China (US\$ 250 bilhões) e em mais de dez vezes as despesas da Rússia (US\$ 61,4 bilhões). Enfim, o mesmo montante que os oito países que mais gastam em armamento (36% do total). Na terceira posição dos gastos, acha-se a França



No último período, prevalecem nas relações entre os Estados as imposições de interesses particulares ou nacionais pela força, seja por meios políticos, econômicos ou militares. A manifestação mais clara desse processo é, hoje, o gigantismo dos orçamentos militares (...)

(US\$ 63,8 bilhões), em seguida a Índia (US\$ 66,5 bilhões). A Alemanha, na oitava posição, investiu recentemente US\$ 50 bilhões, e planeja gastar 1,5% do PIB até 2025. Destacam ainda Polônia, Espanha, Suécia, Lituânia, Bielorrússia e Turquia dentro do quadro dos países que mais investiram em armamentos.

Na Europa, a OTAN aplicou US\$ 963 bilhões: 16 vezes o orçamento russo, considerado seu rival estratégico no continente. Tem aumentado também os contingentes de tropas norte-americanas, espanholas, alemãs e outros países da OTAN perto das fronteiras oeste da Rússia. Essa tendência vem se avolumando. Macron anunciou a criação de um “comando militar do espaço”, para setembro deste ano. EUA criarão também uma “Força Espacial”. Enquanto que Rússia e China realizam maciços investimentos em tecnologia espacial e satélite de uso militar. A mesma tendência se observa com a proposta da França e Alemanha de avançar na produção de armamentos e tecnologia militar.

Na Ásia, se superaram os US\$ 500 bilhões em orçamento militar, impulsionados particularmente pela China, Índia, Japão (US\$ 46,6 bilhões), Coreia do Sul (US\$ 43,1 bilhões) e Austrália (US\$ 26,7 bilhões). Nessa região, destaca o avanço do militarismo japonês. A potência econômica capitalista rompe, assim, com décadas de desmilitarização forçada, em consequência de sua derrota na 2ª Guerra Mundial.

O avanço da China obrigou o governo japonês a fortalecer suas capacidades bélicas. Está em disputa o controle das regiões marítimas ricas em jazidas de petróleo e gás do Mar Meridional da China e suas rotas marítimas. As permanentes manobras militares conjuntas entre os EUA e o Japão têm por fundamento avaliar as capacidades militares chinesas e garantir a presença militar imperialista. O Japão age na situação como vassalo dos Estados Unidos. Sua luta por abrir mercados aos monopólios nacionais depende da contenção do expansionismo chinês, ou seja, da guerra comercial e do militarismo norte-americano. Os Estados Unidos têm enorme interesse em rearmar o Japão. A indústria de destruição, por seu gigantismo e parasitismo, e por contar com enormes somas despendidas pelo Estado, ganha maior importância nos marcos da crise de superprodução e de guerra comercial.

Militarismo e restauração capitalista na nova fase da crise capitalista

A fase imperialista, assinalou Lênin, é marcada pela necessidade das potências capitalistas, especialmente dos Estados Unidos, de realizarem uma nova divisão dos recursos naturais, dos mercados e dos meios de produção mundiais pela via da força. É o que se passou na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. No pós 1945, a partilha foi conjuntamente resolvida pela derrota alemã, japonesa e italiana. Dela, surgiram os Estados Unidos como potência imperialista hegemônica. Mas, também a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como potência industrial e militar mundial, baseadas na propriedade social.

Tanto o grande impulso às forças produtivas e às relações de produção baseadas na propriedade estatal, quanto a reconstrução e desenvolvimento de forças produtivas realizadas nos países capitalistas, resultaram da maciça destruição de valores. De maneira que, esgotada essa fase de desenvolvimento econômico, os regimes antagônicos voltaram a acirrar suas contradições. Ou a propriedade social avançava - o que significava projetar à revolução socialista mundial -, ou a propriedade privada monopolista forçaria passagem nos países que expropriaram a burguesia - o que significava destruir a propriedade estatal e as conquistas revolucionárias.

Essas contradições colocaram-se à luz-do-dia quando explodiram, mais uma vez, as crises do capitalismo. As dos anos 60 e 70 indicaram o esgotamento da retomada econômica pela via da reconstrução das forças produtivas. O processo de restauração capitalista na China, na Rússia, e, particularmente, no Leste europeu, serviu de válvula de escape. Porém, a crise de 2008 indicou os limites das relações pacíficas. A necessidade da retomada dos lucros monopolistas na base do agravamento da opressão nacional e do brutal rebaixamento do preço da força de trabalho mundial, alavancado principalmente pela exploração da gigantesca massa de mão de obra chinesa, deu lugar à guerra comercial lançada por Trump e à retomada da corrida armamentista que parecia banida pelos acordos Salt, provenientes da Guerra Fria.

Tudo indica que é perto das fronteiras da Rússia e da China que mais se avolumam as tendências armamentistas das potências imperialistas. Três décadas após a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o agravamento das tendências bélicas mostra que o imperialismo está obrigado a impor ao que resta das burocracias estalinistas a liquidação total do que ainda se conserva das conquistas revolucionária do proletariado. Já não basta até onde se chegou com a restauração sob o comando da casta burocrática. O imperialismo necessita colocar a economia da Rússia e da China sob seu controle, exercendo o poder do capital financeiro por cima de suas fronteiras nacionais, como exerce sobre o conjunto das semicolônias. Pressiona para concluir o processo de restauração, reconstituindo a burguesia na sua forma monopolista. O nacionalismo russo e chinês terão de ser removidos pela força caso não se curvem.

A política proletária e a crise de direção

São essas as manifestações do esgotamento da partilha do mundo herdada do pós-Segunda Guerra Mundial, da superprodução mundial e de queda tendencial da taxa de lucro dos mo-

nopólios. De maneira que a burguesia imperialista está obrigada a abrir uma via de solução para suas contradições internas e externas pela via da força. Eis como se expressa a incapacidade das burguesias em solucionar suas contradições sem abrir, ao mesmo tempo, violentos atritos mundiais.

A permanência de focos de conflitos no Oriente Médio é um claro sinal dessa condição. Não importa se o imperialismo acoberta a sua voracidade econômica com a máscara do humanitarismo ou da “luta contra o terrorismo mundial”. A derrota do Estado Islâmico pelas forças coligadas das potências não tratava de levar a democracia onde antes reinou a “barbárie”. Tratava e se trata de tomar posse das jazidas petrolíferas que caíram sob domínio dos jihadistas e proceder a divisão da Síria com métodos militares. Por trás das mais diversas máscaras das potências “democráticas”, se escondem a rapinagem imperialista e o domínio não só econômico, mas também militar dos povos oprimidos.

Certamente, as conjunturais manobras econômicas e diplomáticas atrasam e, por momentos, impedem impor uma ofensiva militarista rápida e generalizada do imperialismo por toda a parte. Mas, não conseguem desviar o curso geral da situação política mundial e das tendências bélicas mundiais. Eis por que as relações entre a China e Rússia, de um lado, e o imperialismo, do outro, são a fonte dos violentos desequilíbrios. No Oriente Médio, a possibilidade dos Estados Unidos e aliados promoverem uma guerra contra o Irã cresceu com a política ofensiva de Trump. Na América Latina, foi temporariamente afastada a intervenção militar para derrubar o governo nacionalista de Maduro. Mas Trump aumenta a pressão sobre os governos latino-americanos para facilitar a militarização do continente.

Ocorre que essas contradições são insolúveis sob o regime da propriedade privada monopolista dos meios de produção e das relações de produção capitalistas. A sobrevivência do capitalismo entranha, definitivamente, o real perigo de afundar a técnica, a cultura e a vida humanas no fosso da destruição em grande escala. De maneira que somente o proletariado é a única classe capaz de pôr um freio a tanta barbárie e constituir as bases iniciais de um novo salto no desenvolvimento da humanidade em seu conjunto. O que exige impor a propriedade coletiva (social) dos meios de produção e instaurar transitoriamente sua ditadura revolucionária. Tal é o sentido histórico e estratégico da bandeira “Socialismo ou Barbárie”. O que indica que não há outra via senão o da revolução social, portanto, que retomará os passos iniciais da implantação do socialismo, dados pela Revolução Russa e pela demais revoluções proletárias. O capitalismo da época imperialista é o de transição para o socialismo.

Há que se responder urgentemente à crise capitalista com o programa da revolução e ditadura proletárias. A principal tarefa se concentra no trabalho de pôr em pé os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, avançando na com a tarefa de superação da crise mundial de direção revolucionária do proletariado. O CERQUI é um passo na luta por reatar os elos rompidos pelo estalinismo contrarrevolucionário, recuperando o programa, as tradições e os métodos revolucionários do proletariado mundial. É assim como avançaremos na reconstrução da IV Internacional, o Partido da Revolução Socialista Mundial. ■

Pela seção brasileira, Lucas Martinez

BOLÍVIA:

Os espasmos de agonia do M.A.S. / Pag. 16

ARGENTINA:

Agravamento da crise econômica e política / Pag. 18

Brasil**Obstáculos à independência de classe do proletariado
Tarefas diante do governo antinacional e antipopular**

Desde a ditadura civil de Temer, manifestam-se as tendências de luta do proletariado, dos demais explorados e da juventude. As jornadas de abril de 2017, que culminaram com a greve geral do dia 28, foram o ponto alto das mobilizações, desde as jornadas de junho de 2013, sob o governo petista de Dilma Rousseff. Os explorados e a juventude estudantil retornaram ao movimento, em maio de 2019, que resultou na greve geral de 14 de junho. Duas grandes manifestações estudantis, em maio, precederam à resposta do proletariado e da classe média oprimida à reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que havia sido empossado em janeiro.

O marco da luta de massas, como se vê, se encontra nas jornadas de 2013. A pequena mobilização de estudantes e jovens de bairros operários, contra o aumento do preço das passagens dos coletivos, duramente reprimida, deu lugar a um gigantesco movimento de rua em todo o País. A classe média se ressentiu da crise mundial, aberta em 2008. Quatro anos depois, seus reflexos no Brasil se mostraram potentes. O governo petista procurou adaptar sua política econômica, com investimentos públicos, concessões às multinacionais e ao agronegócio, ao mesmo tempo em que incorporava as pressões do capital financeiro no sentido do ajuste fiscal. A virada contraditória na política econômica petista indicava que se encerrava o ciclo de crescimento econômico, iniciado em 2002.

No ano seguinte, o PT chegou ao poder do Estado com a eleição de Lula, momento em que se arrefece o impulso econômico, mas que, em 2004, salta para um crescimento de 5,7%. No ano do início da crise mundial, o Brasil ainda cresceu 5%, caiu abruptamente para -0,2%, em 2009, voltou a crescer 7,6%, em 2010, dando a impressão de que as tendências recessivas mundiais se manifestariam de forma errática no Brasil. Dilma assumiu a presidência em 2011, quando o descenso avançaria, comprometendo definitivamente seu governo, nos anos de 2014 (0,1% de cres-

cimento), 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%). Os dois anos de recessão levaram a uma queda de 7,2% no PIB.

O movimento pequeno-burguês de 2013 foi o prenúncio de que a crise econômica provocaria a desestabilização política. Por não ter reivindicações econômicas claras, nem uma orientação política definida, ficou marcado como se fosse um grande descontentamento contra a corrupção e os desmandos do governo petista. A direita e ultradireita burguesas e pequeno-burguesas encontraram um terreno fértil para renascer, vinte e oito anos depois de findada a ditadura militar. Não que as massas que ocuparam as ruas durante um mês de protesto estivessem à direita, mas porque, sem a direção da política proletária, permitiram que seu descontentamento e apreensão com a crise econômica fossem aproveitados pela oposição direitista ao governo do PT, que se mostrava incapaz de reagir à queda econômica e à pressão do capital financeiro.

Caía por terra a premissa reformista do petismo, sobre a possibilidade de um desenvolvimento sustentável do capitalismo no Brasil, de implantação de um “modelo” de distribuição de renda desconcentracionalista, e de inclusão gradativa de milhões, que vivem na pobreza e miséria. A classe média, base social fundamental para a estabilidade de qualquer governo burguês ou pequeno-burguês, realizava um deslocamento político que serviria ao movimento golpista de 2016. Evidentemente, uma de suas camadas que mais se beneficiou com as migalhas do reformismo não seguiu esse deslocamento. A classe operária permaneceu, em grande medida, em compasso de espera. Não pressentia uma perspectiva melhor, sob um novo governo burguês. Acompanhou à distância os protestos de 2013, que não refletiam as suas necessidades, e que não empunhavam nenhuma de suas bandeiras. Os escândalos de corrupção, que atingiram o governo petista a partir de 2005, com o “mensalão”, sensibilizaram, principalmente, a classe média. Sua camada mais alta se mobilizou em apoio

“ *A classe média, base social fundamental para a estabilidade de qualquer governo burguês ou pequeno-burguês, realizava um deslocamento político que serviria ao movimento golpista de 2016.* ”

à oposição de centro, direita e ultradireita. Em 2016, amparou a frente burguesa golpista.

A classe operária não serviu ao movimento da burguesia e da pequena-burguesia, mas também não saiu em apoio ao governo do PT. Os embates em torno à corrupção foram vistos de longe, não diziam respeito às suas necessidades, e as experiências ensinaram que se tratam de disputas eleitorais. As demissões em massa e crescimento do desemprego e do subemprego eram e são o seu maior problema.



A quebra deliberada da greve dos petroleiros, de maio de 1995, contou com a intervenção direta de Lula e Vicentinho. Esteve colocada a generalização do movimento grevista (...) a classe operária se colocava em pé de guerra ao governo neoliberal do PSDB, resistindo às privatizações. Lula mostrou à burguesia que podia pôr um fim à greve, que, com ocupações de refinaria, atingia abertamente o governo.

No final do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2002, a taxa de desemprego da População Economicamente Ativa era de 10,5%, foi sendo reduzida no governo Lula, chegando ao mais baixo patamar, de 4,7%, em 2011. No ano seguinte, começava a escalada acima de 10,5%, atingindo 11,6%, em 2016. Temer tomou o lugar de Dilma, quando a taxa era de 11,2%, terminou o seu governo com 13,1%, ou seja, de 11,4 milhões foi para 13,7 milhões de desempregados. Estima-se hoje que, somando os desempregados, subempregados e “desalentados” (desempregado que desiste de procurar trabalho), são quase 30 milhões de trabalhadores fora da produção social. A volta das demissões em massa teve início em 2012, quando, de 4,7% no ano anterior, saltou vertiginosamente para 6,9%. Indicou que a crise de superprodução mundial arrastava o Brasil para o processo de destruição de parte das forças produtivas. As demissões foram ganhando terreno, a partir da indústria, e acabaram se espalhando para todos os setores da economia.

O governo do PT se pôs a subsidiar setores industriais, principalmente as montadoras, para obter em contrapartida uma redução nas demissões em massa. O enorme peso da indústria automotiva na economia – inteiramente controlada desde o exterior possibilitou ao capital monopolista impor condições de proteção aos seus lucros. As multinacionais e setores do grande capital nacional foram favorecidos com medidas de desoneração da folha de pagamento. E a burocracia sindical, como um todo, mas tendo à frente a CUT, braço sindical do PT, passou a negociar acordos

de flexibilização capitalista do trabalho. As centrais e sindicatos, assim, não fizeram nada para organizar a resistência operária e dos demais assalariados contra as demissões e o desemprego crescente. A atitude da burocracia foi a de negociar acordos de demissão e redução da jornada com redução salarial, quando não apenas de redução salarial.

A política de colaboração de classes tem por conteúdo a subserviência das direções ao capital imperialista. Sob o governo do PT, os laços das direções sindicais com as multinacionais se fortaleceram. O movimento operário, que se levantou no final da ditadura militar, e se fortaleceu por meio da ação direta, até a instalação do governo de Lula, em 2003, quando foi refreado pela política de colaboração de classes. As lutas se circunscreveram ao funcionalismo, que passou a ser atingido pela reforma da Previdência e contenção salarial. Limitaram-se, porém, ao período de 2003 a 2005.

A greve geral de 1983, contra a diretriz de contenção salarial dos governos militares, abriu caminho para um ascenso, que seria marcado por várias greves gerais, contrapostas aos planos econômicos anti-operários e antipopulares dos governos Sarney, Collor e Fernando H. Cardoso. Já sob o governo do PT, o máximo que as centrais fizeram foi convocar o que se denominou Dia Nacional de Lutas, Jornadas de Luta, e Greve Nacional das Categorias em Luta. O colaboracionismo desviou e travou as tendências de luta, que se potenciaram sob os governos anteriores. A quebra deliberada da greve dos petroleiros, de maio de 1995, contou com a intervenção direta de Lula e Vicentinho. Esteve colocada a generalização do movimento grevista, que reunia eletricitários, telefonia, correios, funcionários federais e petroleiros. Nesse momento, a classe operária se colocava em pé de guerra ao governo neoliberal do PSDB, resistindo às privatizações. Lula mostrou à burguesia que podia pôr um fim à greve, que, com ocupações de refinaria, atingiam abertamente o governo. A segmentação corporativa das greves, finalmente, isolou os petroleiros, que se viram cercados pelos tanques do exército, e sabotados pela direção da CUT. Maio de 1995 representa um dos marcos da política de colaboração de classes, que, anos depois, caracterizará o governo petista, sob a condução do caudilho Lula.

O governo petista não levantou um dedo contra os credores da dívida pública. Ao contrário, Lula se vangloriou do fato de seu governo obter superávit primário, robustecer o colchão das reservas cambiais e, ainda por cima, em 2005, saldar a dívida com o FMI. Dilma não teve a vantagem do crescimento econômico. Viu seu governo mergulhar no déficit primário. Em 2015, o Tesouro Nacional arcou com R\$ 500 bilhões de juros (8,4% do PIB). Mergulhado no desequilíbrio fiscal, Dilma impôs o Plano Levy, ditado pelo capital financeiro, aos explorados, com as Medidas Provisórias 664 e 665. Contou com a complacência da burocracia sindical, que evitou a greve geral, por meio de ações parciais e limitadas a setores do funcionalismo. A classe operária, duramente golpeada pelo fechamento de postos de trabalho e demissões, ficou à margem da luta, quando a contrarreforma do governo petista atingia os direitos previdenciários e trabalhistas de todos os explorados. E os parasitas da dívida pública, protegidos. Ficou claro que nenhum governo burguês tocará nos interesses do capital financeiro. O reformismo se curvou, desde as primeiras horas, diante dos saqueadores do País. A promessa de se fazer uma investigação sobre as condições do endividamento ficou no papel do arsenal petista. Lula, ao contrário, cumpriu disciplinadamente os termos da Carta ao Povo Brasileiro. A bomba do endividamento, armada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, estouraria no colo de Dilma.

As manifestações de 2013 expressaram o esgotamento do reformismo petista. O governo de colaboração de classes já não servia à burguesia, a classe média vinha se distanciando, e o proletariado sofria com as demissões, sem que o governo agisse no sentido contrário. As camadas miseráveis, que sobrevivem das migalhas do Bolsa Família, são mais facilmente arregimentadas em épocas eleitorais. É nessas condições sociais que a vitória eleitoral de Dilma, em 2014, para o segundo mandato, estava condenada à derrocada. A frente partidária oposicionista não encontrou resistência da classe operária para preparar, desenvolver e concluir o golpe de Estado em 2016. A capacidade de mobilização do PT diante da ofensiva reacionária da coalizão oligárquica se mostrou muito aquém da sua potencialidade eleitoral e do seu controle de importante parcela do movimento sindical, camponês, popular e estudantil. A burguesia não precisou movimentar as Forças Armadas. O golpe se daria legal e pacificamente, por meio da própria democracia. Evidentemente, contando com a ação política dos generais nos bastidores, e até certo ponto às claras.

É nessas condições políticas e de amortecimento da luta de classes – os explorados padeciam com o desemprego e com os acordos da burocracia sindical em favor dos capitalistas – que se concluiu o impeachment, o afastamento de Dilma e a constituição de uma ditadura civil, encarnada pelo vice-presidente da República, Michel Temer. Estava preparado o terreno para a Operação Lava Jato realizar sua mais alta missão. Lula, condenado em um processo manipulado, abrigado no sindicato metalúrgico do ABC, símbolo das greves que atingiram a ditadura militar, se entregou, em 7 de abril de 2018, agarrado à democracia e à confiança de que a justiça haveria de reconhecer a sua inocência. A impotência do reformismo diante do golpe de Estado e da prisão do ex-presidente expõe as raízes burguesas de sua política, e os malefícios causados pela conciliação de classes aos explorados.

Os trabalhadores não aprovaram o golpe de Estado, e rejeitaram o governo Temer. A economia mal saiu da recessão, o desemprego cresceu e a massa salarial caiu. É nessas condições que a ditadura civil lançou seu plano de contrarreforma. As tendências de luta da classe operária, estancadas, se reavivaram. Dirigiram-se contra as reformas da Previdência e trabalhista. Não aceitaram expandir a terceirização, em parte regulamentada pelo governo petista (restrita às “atividades meios”), e aceitas pela burocracia sindical. Em particular, a reforma trabalhista foi utilizada pelo governo para alterar a lei que regulamentava o imposto sindical, retirando dos sindicatos e centrais um expressivo montante de arrecadação. Nota-se a orientação de Temer de enfraquecer a burocracia, limitando sua capacidade de movimentar o aparato sindical. As centrais têm servido de instrumento das disputas eleitorais. Transformaram-se em braços do PT, PCdoB, Solidariedade, PDT, etc. Até certo ponto, é bom para a burguesia, que necessita da política de colaboração de classes, mas, desde que não altere o equilíbrio de força do aparato partidário oligárquico. Lula, em 2007, conferiu estatuto jurídico às centrais, o que lhes garantiu um farto financiamento com o imposto sindical. Essa estrutura tinha vigência nas condições de um governo que dependia da colaboração de classes.

As centrais passaram para o campo da oposição. Acompanha-

ram o deslocamento do PT e aliados do lugar que ocupavam no Estado. De forma geral, não apenas por motivos próprios, mas também pela pressão da classe operária e do conjunto dos explorados. A jornada de luta de abril de 2017 ganhou uma altitude não esperada pela burocracia. A greve geral foi acatada em todo o País, acompanhada de manifestações. Somente não foi mais potente, porque as direções sindicais seguiram a orientação de não fazer das manifestações um movimento proletário. Mesmo com essa limitação política e organizativa, a greve geral expressou as mais profundas tendências de combate da classe operária. Distinguiu-se da preponderância da pequena burguesia nas lutas que ocorreram sob o governo petista. O governo Temer não se estabilizou, como setores da burguesia esperavam. A crise econômica não tinha como ser superada, simplesmente com a troca de um governo burguês por outro. A disposição de luta das massas se manifestava, portanto, em um terreno favorável.

A luta contra as reformas de Temer levava os explorados a se chocarem, não somente com o governo, mas com o Estado burguês. O movimento pela derrubada de Dilma forjou uma ampla



“ *O governo de colaboração de classes já não servia à burguesia, a classe média vinha se distanciando, e o proletariado sofria com as demissões, sem que o governo agisse no sentido contrário. (...) A frente partidária oposicionista não encontrou resistência da classe operária para preparar, desenvolver e concluir o golpe de Estado em 2016.* ”

unidade burguesa, vista apenas na queda de Collor, em dezembro de 1992, em torno das contrarreformas. Era necessária uma ampla unidade dos explorados em torno da classe operária, o que dependia das direções dos sindicatos fabris. A greve geral de um dia deveria preparar a greve geral por tempo indeterminado. As centrais, porém, montaram uma frente única circunstancial e limitada. O movimento nacional não poderia romper os limites do Congresso Nacional, que votaria os projetos anti-trabalhador do governo preposto. A greve geral deveria apenas assinalar aos deputados o descontentamento da maioria. A direção, portanto, deixou claro a Temer que o objetivo era negociar algumas alterações, entre elas a retirada do fim do imposto sindical. A greve geral de 28 de abril e as manifestações mostraram às centrais e ao governo que os explorados estavam dispostos a irem mais adiante. Dias depois, estava desfeita a frente burocrática. O 1º de Maio se realizou estilizado, como vinha ocorrendo há anos, e completamente festivo. Justamente no momento em que estavam dadas as condições para uma grande demonstração, os burocratas iniciaram o desmonte da luta. Passaram a chamar o dia de mobilização sem nenhum nexos com a greve geral. Na madrugada

de 27 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou-se a almejada lei de liquidação da CLT, confirmada pelo Senado, em 11 de julho. Tudo se passou na maior tranquilidade. A classe operária se deparou com uma visível traição de seus dirigentes. A reforma da Previdência ficaria para o próximo presidente.

A falência do governo reformista, a incapacidade do PT em organizar um movimento de resistência baseado nas necessidades prementes dos explorados, o golpe de Estado, e a traição da burocracia sindical abriram espaço para a candidatura ultradireitista de Bolsonaro. A frente golpista esperava conduzir a maioria da população a apoiar os velhos e orgânicos partidos da burguesia. Um parlamentar tipicamente pequeno-burguês reacionário, escoreado em um partido improvisado, impulsionado por um grupo de empresários, e apoiado pelas igrejas evangélicas, porém, arrebanhou a maioria da classe média e um amplo contingente das massas populares, dentre elas, uma parcela significativa da classe operária. A candidatura petista de Haddad foi impulsionada como sendo antifascista. Acabou arrastando quase toda a esquerda no segundo turno. Derrotado, não mais se falou do combate ao fascismo. O espantinho eleitoral não se manteve em pé, nem mesmo um dia após a vitória de Bolsonaro. O PT, aliados e demais opositores trataram de respeitar a democracia, a “legitimidade” do novo governo e a “vontade popular”. Puseram-se a reorganizar as fileiras do campo reformista. É importante indicar que a política de colaboração de classes da esquerda burguesa e pequeno-burguesa não cessa diante de um golpe e de um governo militarista-fascistizante eleito. Pode mudar de aspecto, de forma, mas não de conteúdo, de fundamento de classe.



A luta contra as reformas de Temer levava os explorados a se chocarem, não somente com o governo, mas com o Estado burguês. A greve geral de 28 de abril de 2017 de um dia deveria preparar a greve geral por tempo indeterminado. As centrais, porém, montaram uma frente única circunstancial e limitada.

O novo governo expressa as tendências ditatoriais da burguesia servil ao imperialismo. Assim como o governo usurpador de Temer, o governo eleito de Bolsonaro guarda traços do bonapartismo, que não deve ser confundido com o fascismo. Essa confusão se criou em torno da candidatura de Haddad. Como se fosse um enfrentamento entre uma candidatura democrática e uma fascista. O caráter de ditadura policial, tipicamente bonapartista, não se completou. As divisões interburguesas, diante da crise econômica e do aumento das pressões da guerra comercial, vêm retardando a evolução do governo Bolsonaro nesse sentido. As dissensões internas ao governo provocaram prematuras mudanças ministeriais. A Lava Jato, que deveria ser um pilar do governo

que prometeu varrer a corrupção, atravessa uma grande turbulência. As revelações do site Intercept mostraram o ex-juiz Moro e o procurador Dellagnol mancomunados para condenar Lula. A proteção ao senador Flávio Bolsonaro pelo ministro da Justiça Moro e por homens fortes do judiciário agrava ainda aos olhos da população a acusação de corrupção e vínculo com as milícias do Rio de Janeiro.

O rápido esvaziamento das ilusões democráticas dos explorados, que elegeram o presidente, no entanto, não se deve a tais escândalos. Deve-se a que não apresentou um caminho de superação da crise econômica e, conseqüentemente, do desemprego. Os problemas que causaram agonia aos explorados no governo de Dilma e de Temer permanecem agravados. A implantação da reforma trabalhista, o avanço da terceirização e a contenção orçamentária aos serviços essenciais são sentidos na carne pela maioria oprimida. Sobre essa terrível opressão econômica e social, o governo e a Câmara dos Deputados acabam de impor a reforma da Previdência. A burguesia e seu governo descarregam a crise de superprodução sobre a vida da população trabalhadora.

As condições para a classe operária se lançar ao combate e derrotar a ofensiva de Bolsonaro estiveram dadas. Diferentemente de Temer, o novo governo contou a seu favor o fato de ter sido recentemente eleito. A degradação das ilusões democráticas ainda está em andamento. Desse processo, o mais importante estava e está em que as massas pressentem que suas condições de existência vão piorar. E em que as tendências de luta não foram esmagadas. A derrota sofrida com a aprovação da reforma trabalhista não se converteu em derrota política dos trabalhadores. A campanha das centrais contra a reforma da Previdência concluiu como uma segunda traição. A greve de 14 de junho teve a mesma sorte que a de 28 de abril de 2017. A direção pouco empenho despendeu para organizar desde as fábricas o movimento. A disposição de luta da juventude, professores e funcionários para responder aos ataques à educação pública não serviu de combustão para o movimento nacional grevista. Imperou o corporativismo e, finalmente, a estratégia de levar a luta a

um ponto que não confrontasse o Congresso Nacional. Esse santuário dos reformistas ficou de mãos livres para promover um acordo, e votar a reforma da Previdência por imensa maioria, já no primeiro turno. A política de pressão parlamentar concluiu na passividade e desorganização do movimento. O 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes e a manifestação em frente ao Palácio do Governo, em Brasília, soou como enterro.

Muda-se a forma da colaboração, mas o conteúdo de classe é o mesmo. Foi o que afirmamos anteriormente. O PT no poder do Estado submeteu as centrais e movimentos à governabilidade. Estancou as tendências de luta do período anterior, e estrangulou os germes da independência de classe, que se formaram no sindicalismo desde o fim da ditadura militar. Derrubado do poder, passou à oposição. Os explorados, diante do ataque generalizado, retomaram as tendências de luta. O PT, seus aliados da Frente Brasil Popular e a burocracia sindical canalizaram o instinto de revolta do proletariado, e desativaram o combate, quando as massas iniciavam sua ascensão, e procuravam se organizar no campo da independência de classe. Concluíram de joelhos diante do Congresso Nacional – cova da burguesia, de bandidos e de ladrões. É na oposição que os reformistas melhor servem à classe capitalista.

As contrarreformas, por atingirem os explorados de conjunto, colocaram o embate de classe contra classe, muito superior às lutas pontuais, via de regra, marcadas pelo corporativismo sindical. O proletariado somente não assumiu a liderança do movimento devido ao controle de suas organizações pelas direções burocráticas. Não pôde dar um salto em sua organização independente, uma vez que não se chocou com o aparato de conciliação de classes, e não passou por cima dos seus bloqueios. Mas, despertou uma vanguarda, que tanto rechaça ao governo, quanto à oposição burguesa. Tudo indica que a possibilidade de um contra-ataque à reforma da Previdência é diminuta. A direção burocrática continuará de joelhos diante do Congresso Nacional. A desconfiança dos explorados aumenta quanto aos propósitos das centrais. Não sentiram firmeza no enfrentamento ao governo e ao Congresso Nacional. É imprescindível um balanço crítico desse importante momento da luta de classes no País.

O governo Bolsonaro continuará a se confrontar com as massas. A ofensiva capitalista não se encerra com a reforma da Previdência. A Medida Provisória da Liberdade Econômica, que tramita no Congresso Nacional, agrava a reforma trabalhista. O desemprego continuará alto. O fechamento da Ford e a demissão de centenas de metalúrgicos são parte desse quadro social. A ameaça de demissão de cobradores de ônibus no Ceará não se limita a esse estado. Não está claro se o processo de desindustrialização se acelerará, mas, certamente, não será revertido. As privatizações em curso resultarão em redução de postos de trabalho. O arrocho do salário mínimo penaliza milhões, aumentando a pobreza, miséria e fome. O governo não tem como diminuir o ritmo de crescimento da dívida pública, enquanto a economia continuar com baixo crescimento. Sua evolução é explosiva. Eis por que o próprio ministro da Economia alerta que, dentro de alguns anos, será necessária uma nova reforma da Previdência. Sobre a base da experiência desse período, a luta de classes continuará a projetar o proletariado, exigindo que se emancipe das direções burocráticas e traidoras. O enfrentamento às contrarreformas permanecerá vigente, no processo de implantação. Fará parte da plataforma de reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas, bem pelo fim dos acordos de flexibilização capitalista do trabalho. As bandeiras de revogação das contrarreformas, e de fim da terceirização, permanecerão bem no alto dos enfrentamentos. Ganhará maior importância o programa proletário para a educação, sintetizado no sistema único, público, vinculado à produção social. A luta pela autonomia universitária ganhará novo caráter, se distinguindo do conteúdo reformista. A aproximação do movimento estudantil se tornará uma exigência cada vez mais vital. As reivindicações democráticas, voltadas a combater as medidas e ações ditatoriais do governo militarista de Bolsonaro, também se separarão do democratismo burguês e pequeno-burguês. Tudo indica que as questões nacionais e democráticas impulsionarão a luta anti-imperialista, que somente o proletariado pode encarnar plenamente.

No fundo dessas manifestações, típicas da desintegração do capitalismo, está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. É o que explica décadas e décadas de baixo crescimento, de quase estancamento, e de possibilidade mais recorrente de recessão. A gigantesca dívida pública contribui signi-

ficativamente para potencializar as contradições estruturais do capitalismo semicolonial. A burguesia nacional deixou para trás o seu nacionalismo. O reformismo é encarnado pela pequena-burguesia, incapaz de fazer frente ao capital financeiro e aos monopólios. Essa oligarquia financeira e industrial controla os ramos-chaves da produção e distribuição. Acha-se profundamente entrelaçada com o imperialismo. O caráter antinacional, antipopular e ditatorial do governo francamente pró-imperialista traz à tona a necessidade da luta pela independência nacional. O que corresponde a uma das tarefas democráticas da revolução proletária. Ao seu lado, também se erguem como tarefas democráticas a resolução do problema da terra, do desenvolvimento harmônico das regiões, da unidade nacional e da erradicação da pobreza, miséria e analfabetismo. As forças produtivas nacionais começarão a ser liberadas com a expropriação do grande capital e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade

social. Essa tarefa socialista condiciona a resolução das tarefas democráticas. Não passa de impostura a posição reformista e estalinista de reformas populares, a serem feitas por um governo eleito para cumprir tal objetivo programático. A experiência do PT é suficiente para se ter claro a impropriedade de suas premissas reformistas. O programa de independência nacional pressupõe a luta por um governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias. Pressupõe o desenvolvimento da revolução na América Latina. A luta do proletariado pela libertação da nação oprimida do

domínio imperialista leva à sua libertação como classe oprimida pela burguesia nacional. Esse combate possibilita amadurecer as premissas programáticas e organizativas do proletariado, classe dirigente da maioria oprimida. O programa nacional da revolução é parte da tarefa internacional da revolução na América Latina, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Evidentemente, é parte da revolução mundial. O proletariado no Brasil constituirá sua direção – seu partido revolucionário – com esse programa.

A luta de classes, que vem se desenvolvendo desde a derrocada da ditadura militar, amadurece as condições para o desenvolvimento do partido marxista-leninista-trotskista. Não há outra via, senão estar à frente dos combates à exploração e aos ataques dos governos burgueses, que incluem os reformistas do PT. Lutando pelas reivindicações dos explorados e organizando os movimentos, sob a política de independência de classe, a vanguarda penetrará no seio do proletariado com o programa da revolução. As derrotas causadas pelas traições levadas a cabo pelas direções conciliadoras se transformam em lições programáticas e táticas. A possibilidade de vitórias depende de a classe operária romper com tais direções, passar por cima de suas travas e forjar novas direções revolucionárias. Os reformistas não podem ser consequentes, potencializar a luta de classes e organizar os explorados para vencer, porque sua política se assenta na conservação da grande propriedade privada e da democracia burguesa. A traição ao movimento de abril de 2017 e junho de 2019 é consequência da adaptação do reformismo aos interesses gerais da classe capitalista. A luta da vanguarda pelas reivindicações elementares está vinculada à estratégia da revolução e ditadura proletárias. ■

Pela seção brasileira, Atílio de Castro

“ *A luta de classes, que vem se desenvolvendo desde a derrocada da ditadura militar, amadurece as condições para o desenvolvimento do partido marxista-leninista-trotskista. Não há outra via, senão estar à frente dos combates à exploração e aos ataques dos governos burgueses, que incluem os reformistas do PT.* ”

Bolívia

Os espasmos de agonia do MAS



Os chamados governos neoliberais foram a completa expressão da miséria política da incapaz burguesia nativa da Bolívia e da América Latina, que se convenceu de que a única forma de sobrevivência da ordem burguesa, nos países de capitalismo atrasado, é a de se pôr sob o manto do imperialismo, submetendo-se eternamente às regras que este impõe.

Tudo isto no marco de desmoronamento do estalinismo contrarrevolucionário do bloco soviético, que deu lugar ao processo de restauração capitalista, e do bombardeio ideológico sobre a classe operária mundial, no sentido de que a história estava demonstrando a inviabilidade do socialismo.

Na Bolívia, o neoliberalismo se concretizou na chamada capitalização das empresas do Estado, privatizando-as em favor das transnacionais, sob o princípio de que a intromissão do Estado no aparato produtivo é pernicioso, e que o que deve ser feito é deixar a plena liberdade do capital privado imperialista, ou, eventualmente, nativo, ao livre jogo das forças do mercado.

“ (...) como advertiu o POR, a democracia formal burguesa, nas condições de atraso e pobreza do país, somente pode se desenvolver como uma caricatura, que apenas oculta a ditadura burguesa, concentrada no poder executivo.

A rebelião dos oprimidos e explorados contra o entreguismo neoliberal veio impregnada de uma profunda indignação, com a figura do “gringo” Sánchez de Lozada, que falava espanhol com sotaque ianque, colocando em evidência a alienação pró-imperialista da burguesia branca, opressora da maioria nacional, com forte raiz indígena. A fúria popular explodiu em outubro de 2003, expulsando do poder o odiado “gringo” Sánchez de Lozada, mas em condições em que o proletariado estava politicamente ausente.

O golpe de Estado banzerista, orquestrado pelo imperialismo, contra a Assembleia Popular em 1971, teve como uma das consequências que a classe operária retrocedeu em seus objetivos estratégicos, e foi arrastada pela esquerda reformista para o campo da luta pela instauração da democracia burguesa, como resposta à ditadura reacionária.

Mas, como advertiu o POR, a democracia formal burguesa, nas condições de atraso e pobreza do país, somente pode se desen-

volver concretamente como uma caricatura, que apenas oculta a ditadura burguesa, concentrada no poder executivo.

No passado, as correntes liberais do início do século XX fracassaram na tentativa de estruturar a democracia formal burguesa no país. Agora, tampouco tem sido possível que a democracia formal burguesa floresça, como pregaram todos os reformistas a partir dos anos 1980, depois da queda da ditadura banzerista.

A razão para que a democracia burguesa formal seja inviável se deve ao fato de que não estão dadas as condições materiais para aprovar as “bondades” da democracia representativa. Fracassam, ao se enfrentarem com as particularidades nacionais: o seu tremendo atraso e a pobreza das maiorias oprimidas e exploradas.

A hipertrofia do Executivo concentra o poder, subordinando à sua vontade os demais poderes, teoricamente independentes. O voto manipulado permite estruturar “maiorias” controladas, dispostas a aplaudirem tudo o que faz o poderoso Executivo.

O florescimento da democracia formal necessita de um certo desenvolvimento do capitalismo como sua base material. Necessita da existência de uma ampla camada da pequeno-burguesa, satisfeita com as suas condições de vida, que atue como um amortizador da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, impulsionando o reformismo e o colaboracionismo de classe no marco do parlamentarismo, como o controle dos atos do Executivo, a mudança de governos por meio do voto, etc.

Mas, nas condições de pobreza do País, a classe média, majoritariamente pobre e cheia de carências, longe de atuar como amortizadora da luta de classes, é uma classe tremendamente explosiva, que ganha permanentemente as ruas, para protestar por suas necessidades, e até acaba por derrubar governos pela via da ação direta.

Politicamente, oscila entre posições reformistas pró-burguesas e as posições revolucionárias do proletariado.

Para as massas, a tão falada democracia burguesa somente trouxe mais corrupção, mais fome, mais opressão. O deslocamento movimentista [do partido nacionalista burguês MNR] acabou dispersando o setor politicamente mais avançado do proletariado, aprofundando o retrocesso político da classe operária.

Todos estes fatores contribuíram para que a rebelião das massas oprimidas se expressasse, através da reivindicação nacional

das maiorias indígenas, humilhadas pela opressão colonial e a de seus descendentes republicanos, deixando de lado a luta classista.

Um Evo Morales revolucionário, somente pelo fato de sua condição de indígena, foi uma invenção para ludibriar as massas. GANHOU a consciência das massas, a ilusão de que um governo dirigido por um indígena proveniente do povo, depois de 500 anos de opressão e marginalização social, seria suficiente garantia de que seria um governo revolucionário, posto a serviço dos explorados e oprimidos.

Essa ilusão tem sido a única e poderosa sustentação política do MAS, e de seu caudilho Evo Morales, assentado neste sentimento de identidade com o irmão Evo.

O fato de que este se esforçou, desde o primeiro dia, em deixar claro, diante da burguesia, que seria respeitoso com a grande propriedade privada, e que se apresentava diante dela oferecendo garantias de estabilidade social, deixava claro qual seria o conteúdo político de seu governo, serviçal à burguesia e ao imperialismo.

O discurso indigenista, reivindicativo dos direitos nacionais dos povos ancestrais, não passou de declarações sobre o ordenamento jurídico, que se esgotou em puro simbolismo. O interior do MAS logo foi dominado por politiquieiros, provenientes da pequena burguesia reformista, para desenvolver uma política que, em nome de um falso “socialismo”, defendia a coexistência harmônica de todas as formas de propriedade, inclusive as transnacionais, voltadas à exploração dos recursos naturais do País, na condição de “sócias, não de patrões”. O caráter burguês da política do governo do MAS se foi tornando cada vez mais evidente.

Depois de 13 anos de governo, tudo isto se tornou evidente, a ilusão das massas no irmão Evo praticamente se esfumou. Agora, a burguesia, os bancos, a oligarquia latifundiária do Oriente, os empresários privados e as transnacionais são os seus melhores aliados. O próprio imperialismo chegou à conclusão de que a reeleição de Evo é a melhor alternativa para as eleições de outubro. O Secretário-Geral da OEA deixou claro que apoia a reeleição de Evo Morales, apesar do governo ignorar, de forma antidemocrática, o resultado do referendo de 21 de fevereiro de 2016 (21F), que rejeitou a recandidatura de Evo pela terceira vez.

Os masistas desesperados se agarram ao poder com unhas e dentes; a experiência do 21F levou à histeria, perdendo a compostura e a dissimulação em seus atos. Com a maior das torpezas, passaram por cima das normas legais, das conquistas democráticas dos explorados, como o direito à livre organização sindical e social, à liberdade de expressão, o direito das comunidades indígenas de decidirem sobre as suas vidas e territórios, etc. Sem poderem dissimular, preparam a fraude eleitoral para conseguirem, de qualquer forma, impor-se nas eleições deste ano.

Os explorados se sentem traídos, e se separam do governo, a corrupção governamental lhes indigna. Mas, os chamados de opositores da velha direita, convocando as massas para tomarem

as ruas em defesa da democracia, não encontram eco nos setores oprimidos das massas. As eleições não as entusiasma porque, depois de trinta anos de “democracia” burguesa, sabem por experiência que não resolvem nada.

Evo perdeu o único capital político que tinha: a ilusão dos explorados e oprimidos sobre a sua condição de indígena. Por isso, podemos dizer, sem temor, que o MAS e o seu caudilho Evo Morales agonizam politicamente. São estertores dessa agonia: sua tentativa desesperada de se manter no controle das massas, apoiando-se em uma burocracia sindical venal e servil, em troca de um mandato eletivo ou outros cargos no aparato do Estado, a fraude que já sem nenhum pudor preparam, com o objetivo de se manter no poder, a repressão brutal contra os setores das massas, que se negam a se submeter ao governo, etc.

Os explorados estão novamente nas ruas lutando por suas necessidades, à margem do circo eleitoral. Com acerto, o POR impulsiona o rechaço das massas à farsa eleitoral burguesa.

No entanto, não se superou ainda o problema do retrocesso político da classe operária. Segue estando atrás, está ausente a estratégia revolucionária do proletariado na resistência, cada dia mais aberta, dos oprimidos e explorados, ao governo do MAS.

O fato de que a classe revolucionária tarda demasiadamente em se recuperar de sua derrota faz com que sejam as outras classes oprimidas que tomem a iniciativa para o enfrentamento, cada vez mais radical, contra o governo, e arrastem atrás de si o proletariado e as suas organizações. Mas, a radicalização da classe média não pode ir até as últimas consequências, até a consumação da destruição do Estado burguês, e a consolidação do outro Estado, baseado na propriedade social dos meios de produção. Os setores assentados na pequena propriedade privada não podem dar o salto fundamental para acabar com o regime capitalista, estão condenados a manter-se no meio do caminho, se não está presente o proletariado como direção política das demais classes oprimidas.

A tarefa atual é ajudar o proletariado a retomar a linha de sua tradição revolucionária, e que se coloque à cabeça da luta de todos os explorados e oprimidos.

Na presente conjuntura eleitoral, os poristas reforçam a desconfiança generalizada contra todos os politiquieiros carreiristas, incluindo o MAS, fazendo campanha pelo voto NULO ou BRANCO, e impulsionando o apoio à criação de organizações independentes, com o objetivo de condenar a burocracia sindical vendida, e arrancar de suas mãos as organizações históricas sindicais e de bairros, para impor as reivindicações com a mobilização, assinando com clareza a perspectiva da necessidade de construir um verdadeiro governo de operários e camponeses, que acabe com a propriedade privada burguesa, e imponha a propriedade social dos meios de produção, expropriando as terras e as indústrias, para que passem às mãos de todos os bolivianos. ■

Pela seção boliviana, Rafael Lara



MASAS Nº. 2598
16 / 09 / 19
Precio Bs. 1,50

P.O.R.
Sección Nacional del CERQI

Órgano central de partido obrero revolucionario, sección del comité de enlace por la reconstrucción de la P.O.R.

DISYUNTIVA DE OCTUBRE 2019

Esoger a Algueno de los politiqueros (mentirosos, ladrones, vende-patrias de m...) que nos use de escalar.

O votar máis como expresión de independencia política frente a la burguesía y organizarnos para la lucha por nuestras reivindicaciones y necesidades desde las calles frente al gobierno que venga producto del circo electoral.

¡NO COMPROMETERSE CON LA FARSA ELECTORAL DE LOS PÍCAROS, IMPOSTORES Y VENDE - PATRIAS!

SÓLO LOS ILUSOS ESCOGEN A SU PRÓXIMO VERDUGO

CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

“ *Os explorados estão nas ruas lutando por suas necessidades, à margem do circo eleitoral. (...) o POR impulsiona o rechaço das massas à farsa eleitoral burguesa. No entanto, não se superou ainda o retrocesso político da classe operária. (...) está ausente a estratégia revolucionária do proletariado (...)* ”



Argentina

Agravamento da crise econômica e política

O resultado das eleições de agosto

O Governo Macri está arruinado. Conseguiu menos de um terço do total dos votos nas eleições primárias, para definir as candidaturas das próximas eleições presidenciais, que ocorrerão em outubro. Macri contava com a reeleição.

A chapa presidencial de Alberto Fernández e Cristina Kirchner (Fernández – Fernández) conquistou uma contundente vitória, por mais de 15% sobre a chapa oficial, que só ganhou na cidade de Buenos Aires e na Província de Córdoba, com menos votos que nas eleições passadas.

É um **golpe muito forte no imperialismo** ianque, que apostou na vitória de Macri, uma peça-chave na sua ofensiva sobre a América Latina. Trump o fez de forma explícita. Ordenou ao FMI que violasse seus próprios estatutos, para emprestar à Argentina tudo o que precisasse para sustentar o preço do dólar. Bolsonaro, Piñera e Duque manifestaram o seu apoio à candidatura de Macri. Trump enviou funcionários do seu governo para apoiá-lo.

É um **duro golpe** à mais concentrada oligarquia latifundiária, ao capital financeiro, às multinacionais, especialmente as petrolíferas e as de energia.

O governo contou com a intervenção da justiça e dos serviços de inteligência para acusar permanentemente ao kirchnerismo de corrupção, e montou um aparato de propaganda extraordinário, em torno dos jornais Clarín e La Nación, os canais de televisão que transmitem em cadeia nacional, das rádios e dos jornais do interior do país, e os instrumentos mais sofisticados de marketing eleitoral. Acreditaram que, com todo esse apoio, não haveria problemas para conseguir a reeleição.

Esta derrota eleitoral teve uma grande repercussão no País e no exterior, devido às expectativas de reforçar um governo abertamente neoliberal, alinhado incondicionalmente aos Estados Unidos.

O precário equilíbrio da cotação do dólar se rompeu imediatamente após a eleição. A desvalorização em dois dias superou 30%, a fuga de divisas se acelerou, caiu abruptamente a cotação das empresas argentinas, e também os bônus da dívida.

Estamos perante um governo que **perdeu toda autoridade e a confiança dos grandes capitalistas**. Estima-se que é impossível reverter, nas eleições de outubro, o resultado catastrófico das primárias.

No último congresso do POR, antecipávamos que era um governo que “não se sabe se chega, ou como chega, até o final do seu mandato”.

Em boa medida, **a maioria da população votou contra a política econômica desse governo**, que não deixou de atacar as condições de vida e de trabalho das massas, desde que começou.

Sua política provocou uma forte queda do poder aquisitivo, elevação da inflação que supera 50% ao ano (ainda que uma de suas bandeiras principais fosse a de derrotar a elevada inflação), avanço da recessão, da qual a Argentina não se recupera, das altíssimas taxas de juros – as mais elevadas do mundo – um endividamento extraordinário, que colocou o país tecnicamente na inadimplência, e teve de ser socorrido pelo FMI, que é quem hoje comanda a economia. Os aumentos das tarifas dos serviços são insuportáveis. Centenas de milhares de trabalhadores ficaram desempregados, e outras centenas de milhares suspensos, ou ameaçados, em seus locais de trabalho.

Este é o resultado da aplicação da política de abertura às importações, livre movimento de capitais especulativos, liberação do mercado cambial, eliminação de subsídios aos serviços.

O governo estava convencido de que, com a propaganda contra a corrupção do governo anterior, da suposta luta contra o narcotráfico e a corrupção, da transparência e a defesa da República, seria suficiente para voltar a ganhar as eleições. Também nesse terreno foi castigado eleitoralmente, porque ficou descoberta sua própria corrupção, assim como as formas autoritárias e repressivas do governo.

As consequências econômicas do resultado eleitoral agravam a frágil situação econômica. A forte desvalorização já provoca remarcação de preços e uma espiral inflacionária, junto com desabastecimento de produtos essenciais, para o consumo e a produção. Os capitalistas, que têm todas as mercadorias dola-

“*As consequências econômicas do resultado eleitoral agravam a frágil situação econômica. A forte desvalorização já provoca remarcação de preços e uma espiral inflacionária, junto com desabastecimento de produtos essenciais, para o consumo e a produção.*”

rizadas, seguram as vendas, até que o valor do dólar se estabilize. Os dólares de que dispõe o Banco Central não alcançam para atender a demanda dos investidores, que querem sair da especulação em pesos, e passar para os dólares. A situação se tornará explosiva, se não houver uma resposta contundente do governo para evitá-la, o que é quase impossível. O governo está preso ao forte condicionamento que lhe impõe o FMI, e porque não está disposto a tomar nenhuma medida que afete os grandes capitalistas. Essa situação potencia a crise econômica e política.

A crise do governo é a crise do conjunto da burguesia que o apoiou, uma classe que é totalmente entreguista, pró-imperialista. Essa classe, que renega o nacionalismo de outras épocas, e que gostaria de escapar do que denominava “populismo”, terá de voltar a buscar uma saída política nas hostes peronistas.

A oposição burguesa se agrupou eleitoralmente numa grande frente anti Macri, que inclui setores kirchneristas, detratadores, burocracia sindical (muitos deles com ativa participação na defesa do governo de Macri, e que ajudaram a aprovar todas as leis que ele precisava, ou boicotaram as medidas de luta reclamadas pelos trabalhadores).

A esmagadora vitória eleitoral da chapa Fernández-Fernández não pode ser caracterizada como uma vitória popular.

No essencial, sua política consiste em defender os interesses da grande propriedade capitalista. No máximo, pretende limitar, controlar ou impor algum tipo de regulação àqueles que mais se beneficiaram nestes tempos. Muitos dos seus membros colaboram abertamente com o governo atual.

Afirmam que reconhecem a dívida externa, e que a continuarão pagando. No limite, tentarão repactuar os termos do pagamento, o que também pode ser feito pelo governo de Macri, que sabe que não pode honrar os compromissos do jeito que estão estabelecidos.

Não estão dispostos a desconhecer a monumental dividida em pesos, a taxas astronômicas, que os bancos têm em seu poder. Tentarão desativar essa bomba, sem afetar os ganhos extraordinários que tiveram. A maioria votou na *Frente de Todos*, porque a considera um meio para castigar o macrismo, expressando assim uma profunda rejeição a sua política. Existem grandes ilusões nas massas, de que eles farão um governo que comece a resolver a crise. E existe um conformismo de que se voltem a recriar as condições do governo anterior, não mais do que isso.

O ataque permanente, desde o governo, a justiça e a imprensa, levou ao fortalecimento do kirchnerismo, que, após 4 anos, tem a possibilidade de voltar ao governo com essa frente. O peronismo volta ao governo, de um lado, porque é visto como a maior oposição e, por outro, pela extrema debilidade da classe operária em resolver sua crise de direção, e derrotar o nacionalismo burguês, uma tarefa histórica.

A frente anti-Macri conseguiu capitalizar eleitoralmente a grande resistência das massas a esse governo, que se expressou em cinco greves gerais, em mobilizações extraordinárias contra os tarifários, pelos direitos das mulheres, que conseguiu defender as liberdades democráticas, e brechar o avanço das tendências autoritárias e repressivas do governo, etc. A maioria da classe média, que teve grandes ilusões no governo de *Cambiemos*, lhe deu as costas, no início, nas ruas; agora, nas urnas.

Alertamos que o peronismo não poderá fazer um governo como o último. As condições internacionais mudaram, a guerra comercial se agudizou, e as possibilidades de aumentar as expor-

tações são muito limitadas. Certas condições favoráveis, que tiveram 15 anos atrás, dificilmente se repetirão.

O governo dos Fernández tentará fazer um “pacto social”, para comprometer os sindicatos a não tomar medidas de luta, durante um tempo. Será um governo de unidade nacional, sob o comando dos setores mais concentrados do capital. Disseram que não farão nenhuma reforma trabalhista, que não é necessária, que colocarão as tarifas em pesos, que aumentarão os salários e aposentadorias. Divulgam a falsa ideia de que “governarão para todos”. Isto é impossível. Ou governam para os grandes capitais e o imperialismo, ou governam para a maioria oprimida. Não há como conciliar interesses opostos, contraditórios, antagônicos. O que tentarão colocar em movimento é um governo de conciliação de classes, diante da inviabilidade de governar por meio da política de guerra, que tentou Macri.

O cenário que encontrarão pode ser completamente diferente do esperado, devido à deterioração extraordinária que pode produzir-se nos próximos meses. Não descartamos que se antecipem as eleições, e assumam o governo antes do previsto, devido à magnitude da crise de governabilidade.



■ A greve geral de funcionários públicos do estado de Chubut, na Patagônia, Argentina, deflagrada em julho, se mantém há 40 dias com mobilizações de rua e bloqueios de rodovias. Petroleiros, metalúrgicos e outros setores paralisam a produção em apoio a greve.

O novo governo peronista não fará uma política anti-imperialista, nem de ruptura com a oligarquia latifundiária, nem com os bancos (mesmo que, seguramente, tenham alguns choques). Governará em meio a uma tremenda contradição, entre a pressão do imperialismo, por levar adiante as reformas que Macri não pôde impor, e a pressão das massas, que aspiram a sair da terrível situação econômica. As ilusões começarão a se quebrar. O peronismo já está ameaçado pelo agravamento acelerado da economia. Não pode esperar quatro meses para assumir o novo governo. A política de garantir passivamente a governabilidade até dezembro, como manifestaram nos primeiros dias, produzirá um grande desgaste.

Afirmamos também que a burguesia renunciou, faz muito tempo, a resolver as tarefas democráticas e nacionais. Entrelaçou-se e se submeteu ao imperialismo. A tarefa de emancipar a nação, realizar a revolução agrária, conseguir a unidade socialista da América Latina, e industrializar o país, são tarefas que somente poderão ser realizadas pela classe operária no poder. Não há possibilidade de desenvolver as forças produtivas, porque o problema principal é a concentração dos grandes meios de produção em poucas mãos, muitos deles multinacionais. A condição para impulsionar as forças produtivas é liquidar a grande propriedade, e transformá-la em propriedade social.

Nosso partido interveio na campanha eleitoral, mostrando todas essas contradições, antecipando que a *Frente de Todos* não tomaria nenhuma medida essencial contra o grande capital, e que busca negociar as melhores condições para governar. A questão da subordinação colonial, que foi imposta pelo FMI, e o papel da dívida externa ocupam um lugar central na crise política.

O **POR** interveio nas eleições, na campanha eleitoral, propagandeando as ideias da classe operária, sua estratégia política.

Por que as eleições são um terreno de propaganda política? Porque os candidatos capitalistas não dizem abertamente que defendem a ordem capitalista, não falam que são partidários da exploração dos trabalhadores, não dizem que não tocarão na grande propriedade latifundiária, nem das multinacionais. Partem da premissa de que essa é a ordem estabelecida e, tampouco, apareceu uma força no terreno eleitoral que reivindicasse a propriedade social dos meios de produção, a expropriação dos latifundiários, e a ruptura com o imperialismo, que dissesse explicitamente que o capitalismo apodrecido e em decomposição não pode ser reformado, que é necessário começar a construir o socialismo, sobre a base de outro regime de produção, e que essa alternativa somente pode ser imposta pela ação direta das massas, por meio de uma revolução social.

O voto não pode resolver, nem o aumento de salários, nem acabar com o desemprego, nem o não pagamento da dívida externa, nem o direito ao aborto. A campanha deve ser aproveitada para dizer que o congresso é um covil de parasitas, que é cúmplice das políticas do governo, incapaz de se lhe opor. Para desmascarar o caráter de ditadura da burguesia, que encobre as formas democráticas.

A propaganda se apoia em princípios claros, num programa definido. Uma lista de reivindicações não é um programa. As reivindicações, que a esquerda democratizante timidamente defendeu, em sua campanha, não podem ser conquistadas, nem pelas leis, nem por uma constituinte. O método para impor as reivindicações é parte do programa. O não pagamento da dívida externa, seu desconhecimento, e todas as reivindicações urgentes das massas só podem ser impostos pela ação direta das massas. É uma mentira que sejam necessários mais deputados de esquerda para breçar o

Ninguna ilusión en las elecciones: la democracia burguesa es dictadura del capital. Gane quien gane gobernará para pagarle al FMI

Anulá tu voto con el programa revolucionario de la clase obrera (voto nulo programático)

LIBERTAD para DANIEL RUIZ

- Por la expropiación sin pago y estatización de los terratenientes y las grandes empresas
- Por la estatización de la banca y del comercio exterior
- Por el sistema único de salud y educación estatal
- Por el desconocimiento de toda la deuda externa
- Por la construcción del Partido Obrero Revolucionario
- Por la revolución y dictadura proletaria

O POR intervém nas eleições, na campanha eleitoral propagandeando as ideias da classe operária, sua estratégia política. (...) Os comunistas se diferenciam com toda a clareza dos reformistas, do nacionalismo burguês, e da esquerda democratizante. Por isso, dissemos que a classe operária esteve ausente politicamente nas chapas e candidaturas.

ajuste. Ainda que tivesse o dobro ou triplo de deputados, não seria o congresso o lugar onde se derrotarão os planos de ajuste.

Os comunistas se diferenciam com toda a clareza dos reformistas, do nacionalismo burguês, e da esquerda democratizante. Por isso, dissemos que a classe operária esteve ausente politicamente nas chapas e candidaturas. Ainda que em algumas chapas houvesse candidatos operários, lutadores destacados, a política da classe operária esteve ausente, e é claro que a grande maioria dos trabalhadores votou nos Fernández. 92% dos votos foram para as frentes e candidatos que defendem a ordem capitalista.

Durante meses, propagandamos a política da classe operária para responder à crise, para defender as condições de vida e de trabalho das massas. Demos expressão consciente à tendência das massas a rebelar-se. Hoje, mais do que nunca, devemos trabalhar a ideia de que somente o proletariado tem uma resposta à monumental crise política e econômica.

Hoje, defendemos que o rechaço que se expressou nas urnas deve ganhar as ruas. O governo está totalmente incapacitado para continuar. **Macri não deve con-**

tinuar um dia mais! Essa é a questão, e não como se preparar a campanha eleitoral até outubro. É urgente adotar medidas para evitar um desastre maior. As CGT e CTAs devem convocar a greve geral para exigir as seguintes medidas:

1. Congelamento de preços e tarifas. Impedir que se continuem transferindo as desvalorizações aos preços dos produtos e às tarifas.
2. Impedir o desabastecimento dos produtos essenciais.
3. Impedir que saia um único dólar a mais do país. Basta de especulação e fuga de capitais.
4. Desconhecimento da dívida externa e das dívidas em bônus, que estão destroçando a economia.
5. Aumento geral de salários e aposentadorias.
6. Nacionalização de toda a banca e o comércio exterior.

Devemos paralisar o país por tempo indeterminado, para conseguir expulsar esse governo imediatamente. A vontade popular de sair à luta está viva, como foi demonstrado na última greve geral e nas anteriores, assim como nas mobilizações massivas dos últimos meses. ■

Pela seção Argentina, Ramon Basko

EDICIÓN ESPECIAL **1989 2019** **30 años construyendo a...**

ORGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLAÇE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 580 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

POR

ARGENTINA:

Crise profunda do centrismo / Pag. 24



O Partido Operário (PO) adotou a estratégia de “Governo dos Trabalhadores”, abandonando a estratégia de governo operário e camponês (ditadura do proletariado)

Insistimos na tarefa de encontrar as causas profundas do choque entre frações do Partido Operário (PO), que se caracterizam pelo eleitoralismo. É imprescindível politizar a discussão, para desfazer o subjetivismo e impedir o avanço da desmoralização. As expulsões e divisões massivas, intervenção em locais e regionais, difamação, etc., que agora são denunciados, se produziram em grande escala, já nos anos de 1980. Os vitimados de hoje se apresentam como vítimas dizendo, sem pudor, que é a “primeira vez...”. Como o percurso eleitoralista de PO tem várias décadas, devemos explicar o fenômeno. Jorge Altamira, que hoje parece crítico, é o principal responsável pela liquidação de Política Operária (PO), e de ter orientado seu partido para esse lugar. Os altamiristas dizem que querem “recuperar posições históricas”. Para que essa tarefa se realize, é necessário entender toda história e realizar uma crítica real e profunda de sua política.

Neste artigo, mostramos as mudanças na formulação estratégica do Partido Operário, abandonando posições do Partido Política Operária, adaptando-se às colocações que tanto criticava nos centristas. No próximo artigo, analisaremos a colocação em torno à Assembleia Constituinte, como se colocava a luta pela frente eleitoral e também sobre o abandono da tática da frente única anti-imperialista. E como evoluiu a formulação de “partido operário independente”, levantada no 1º Congresso, em 1975, até a dissolução política e organizativa do Partido Política Operária. As mudanças na estrutura organizativa do partido eram, consequentemente, o reflexo das alterações de sua estratégia política.

Ambas as frações, hoje, reivindicam como estratégia política, isto é, como luta pelo poder, “Governo dos Trabalhadores” e “Assembleia Constituinte”. Diferem, oportunamente, no que se deve levantar. Veremos em que momento surge também a ideia de “Partido dos Trabalhadores”.

Depois de 19 anos, PO mudou substancialmente sua estratégia política

Praticamente, desde a sua origem, em 1964, Política Operária havia colocado como estratégia a luta por um “Governo Operário e Popular”.

Por exemplo, no Jornal Política Operária, nº 76, de 7 de outubro de 1970, se formula como estratégia: por uma “Assembleia Constituinte, convocada por um governo operário e popular”, “... as massas devem intervir com os métodos de seu próprio poder político. A consigna do poder operário e da assembleia constituinte atrai a intervenção das massas trabalhadoras não operárias, sob a hegemonia política do proletariado”.

No 1º Congresso de Política Operária, em dezembro de 1975, se aprovou um documento que significou um avanço político, por suas precisões e autocrítica. Afirma que “Seguindo a Internacional Comunista e a IV Internacional, colocamos a luta por um governo operário e camponês, como ‘denominação popular da ditadura do proletariado’”.

“ Houve mudanças decisivas na formulação estratégica do Partido Operário, abandonando posições do Partido Política Operária, adaptando-se às colocações que tanto criticava nos centristas.

Realiza uma valiosa crítica às formulações anteriores: “entendemos a necessidade de abandonar definitivamente duas expressões usadas por nossa organização – governo operário e popular, e governo operário. Pelos seguintes motivos: no primeiro caso, porque a fórmula é ambígua e pode confundir-se com uma variante de governo popular, isto é, burguês (...) a expressão ‘popular’, com o argumento da necessária aliança com as massas médias da cidade, nega a luta necessária e inevitável contra os representantes políticos da pequena burguesia urbana e camponesa (que se formam nas cidades) pela hegemonia do proletariado. No segundo caso, a debilidade da fórmula consiste em não colocar a aliança da classe operária com o campesinato. Esse erro é o produto de um vício muito antigo do marxismo argentino, que consiste em negar a importância do campesinato pobre na Argentina, e seu vínculo com os assalariados do campo...”. Esclarece que não é comparável com outros países da América Latina. E acrescenta: “Mas, a aliança operária-camponesa tem, além disso, outra importância, é que da revolução agrária

depende a formação do mercado interior, que pode dar uma saída às massas urbanas, em particular, à pequena burguesia. Por isso, a fórmula governo operário e camponês define exatamente a aliança com a classe média urbana: por um programa de independência nacional, democracia política e revolução agrária; ajuda a opor as massas médias da cidade e do campo contra os partidos pequeno-burgueses (que têm seu centro nas cidades)”.
 “Em duas oportunidades, nossa organização colocou o governo da CGT, e é um dos aspectos principais deste documento, isto é, cometemos um erro, que tem extraordinária importância retificar”.

Nas próximas notas, trataremos de outros aspectos importantes desse documento de 1975, mas nos parece que essa explicação sobre a estratégia tem grande valor político, para compará-la com todo o derrotismo posterior. Uma conclusão é que aquela autocrítica tão valiosa não foi assimilada, não foi real.

Na revista Internacionalismo nº 2, em uma nota de 30 de novembro de 1980, se refere também a uma definição precisa sobre a importância da questão: “Nenhum partido revolucionário pode existir sem definir sua estratégia. Esta é, indubitavelmente, a ditadura do proletariado, a do governo operário e camponês”. (nota assinada por Julio Magri).

Como vemos, a relação com o POR boliviano e a participação de ambos na Tendência Quarta Internacional (TQI) ajudou a dar precisão à estratégia de poder, que é o que corresponde a todos os partidos trotskistas da América Latina.

Ainda que, durante quinze anos, Política Operária houvesse assinado, reiteradamente, que devia construir um partido operário revolucionário, em Política Operária nº 321, de 1 de junho de 1981, já introduz a tarefa de “Construção de um partido dos trabalhadores”. E afirma que “a construção de Política Operária é a expressão consciente da luta por um Partido dos Trabalhadores”, com a perspectiva de que “instaure um governo operário-camponês e abra caminho ao socialismo”.

Em Política Operária, nº 167, de 24 de agosto de 1981, se afirma que “o partido marxista revolucionário, que é uma pequena vanguarda, dotada de um programa claro e comprovado pela experiência na luta pelo poder operário, está obrigado, por toda uma longa etapa, a levar em conta a evolução da classe operária, que necessariamente se fará em relação às suas expectativas no peronismo. Nem por isso, deixará de chamar as coisas pelo seu nome; os marxistas têm o dever de explicar sua estratégia, para que essa possa ser comparada com a de seus opositores pelos operários...”.

Em Política Operária, nº 326, de 23 de dezembro de 1981, se reitera a “... necessidade de construir um Partido dos Trabalhadores”. Para reafirmar que era uma decisão política a adoção desta formulação.

Em Política Operária, nº 332, de 11 de setembro de 1982, no

editorial, se lança a consigna “Por um partido operário” “(...) que tenha por finalidade estratégica a solução integral dos problemas democráticos e a emancipação social (...) chama todas as correntes a se basearem realmente no proletariado e nas suas organizações de todo tipo, para formar um partido próprio da classe operária”. Critica aqueles que falam, não em nome do proletariado, mas dos “trabalhadores”, reivindicando a construção “de um partido realmente operário e profundamente revolucionário”.

Em Política Operária, nº 334, de 6 de novembro de 1982, estampa na capa “é necessário um Partido Operário”, e coloca no seu interior: “Unirmos para construir um real partido operário”, “... para abarcar a organização das grandes massas... Há que construir um partido operário e impor sua legalidade”. E afirma que “o partido revolucionário não se dissolve na legalidade, é necessário combinar trabalho legal, semilegal e clandestino”. O nº 335, será o último jornal de Política Operária.

Sob a influência do PT do Brasil

O fato de grande transcendência, ocorrido no Brasil, que pressionava fortemente a toda a esquerda: o surgimento do PT, do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, com Lula à frente, no início de 1980. A cópia oportunista do modelo brasileiro foi abandonada por um tempo para colocar de relevo a tarefa de construir um partido operário, tal como se define, desde o nº 1 da Imprensa Operária. No entanto, uma e outra vez, ressurgem a ideia de lançar um partido dos trabalhadores, como um movimento que pudesse ter maior projeção eleitoral que a frente de esquerda.

Na “Declaração de princípios e bases de ação política”, apresentada pelo Partido Operário à Justiça, e aprovada por essa, em setembro de 1983, no ponto seis, apresenta uma formulação ambígua: “a emancipação nacional só é possível sob a direção da classe operária, isto é, sob um governo operário e dos trabalhadores”, diferenciando “operário” e “trabalhadores”, mas abandonando a formulação marxista de governo operário-camponês, e sem

mentonar a ditadura do proletariado.

Na Imprensa Operária, nº 55, de 10 de maio de 1984, já encontramos a formulação de “governo operário e dos trabalhadores” e, em 30 de agosto de 1984, nº 69, se apresenta o Partido dos Trabalhadores no Uruguai, “Por um governo dos trabalhadores”.

Na Imprensa Operária, nº 116, de 3 de outubro de 1985, se lança a “Plataforma de luta por uma Frente e Governo dos Trabalhadores”, e fica estabelecida como sua consigna de poder até hoje.

O partido revolucionário deve expressar a estratégia da revolução proletária com a maior precisão

O partido da classe operária se estrutura em torno à estratégia política e programa. As mudanças que se vão ocorrendo na formulação da estratégia por parte de PO revelam a ausência do programa da revolução na Argentina, como parte do programa



“ Na Imprensa Operária, nº 116, de 3 de outubro de 1985, se lança a “Plataforma de luta por uma Frente e Governo dos Trabalhadores”, e fica estabelecida como sua consigna de poder até hoje.



da revolução proletária internacional. Essas mudanças não refletem uma transformação da estrutura do país e das classes sociais, mas sim da política de PO. Notamos, também, a ausência da estratégia do comunismo como tarefa histórica da classe operária, e também da revolução social, dirigida pelo proletariado, como a única via para destruir o Estado burguês e começar a construir o socialismo. O ecletismo de PO o levará a um caminho de zigzag, ao derrotismo do centrismo, que, antes dos anos de 1980, criticava com contundência.

Na revista Internacionalismo, nº 4, de 1982, *“A esquerda brasileira e o Partido dos Trabalhadores”* realizam uma boa crítica nesse sentido: a consigna de governo de trabalhadores *“não deixa de ser ambígua e oposta à de governo operário e camponês, entendido como um governo revolucionário que arma os trabalhadores, e não se detém nos limites da propriedade privada. Governo dos Trabalhadores, assim como várias consignas levantadas pela esquerda no PT, são uma tentativa de fugir de uma definição clara do caráter de classe do partido e seu programa. Qual é o caráter de classe de ‘um governo dos trabalhadores’? Em que se diferencia da reivindicação de ‘governo popular’? Quais são as classes que vão governar, etc.?”*

As *“classes trabalhadoras”* estão integradas pela classe operária, classe camponesa e classe média urbana, que são oprimidas e que, por sua vez, podem ser exploradoras da mão-de-obra. A classe operária é parte dos *“trabalhadores”*, mas nem todos os trabalhadores são operários. Podemos dizer que, desde que existem classes sociais, existem *“classes trabalhadoras”*. *“Trabalhadores”* expressam um conceito *“pluriclassista”*, para usar um termo utilizado em seus documentos.

Importantes setores da classe média são assalariados: docentes, funcionários públicos, trabalhadores da saúde, bancários, profissionais liberais, que são empurrados a condições de vida iguais ou piores às que sofrem a classe operária. No entanto, essa proletarização da classe média não a converte em classe operária. É fundamental para a classe operária ganhar o apoio da classe média para a revolução.

Quando falamos da revolução social, nos referimos à intervenção das massas, que formam a maioria oprimida, caso contrário, não haverá a revolução. Destacamos que a classe operária é uma classe minoritária na sociedade. No entanto, sempre assinalamos que a classe operária deve ser a vanguarda, a direção política, por suas particularidades de classe, porque é portadora de um pro-

“ *O ecletismo de PO o levará a um caminho de zigzag, ao derrotismo do centrismo, que, antes dos anos de 1980, criticava com contundência.* ”

grama, que lhe permite levar adiante e até o final a luta contra o imperialismo, contra a grande propriedade, porque não tem ligações com a propriedade privada, porque é uma classe totalmente despossuída e não tem nenhum interesse em preservar a ordem social capitalista. A classe operária só tem para vender sua força de trabalho, está privada dos meios de produção.

A classe operária tem a particularidade de se concentrar nas cidades, nos cinturões industriais, nas plantas fabris com milhares de operários. É o produto do desenvolvimento industrial, é o produto do capitalismo. Na Argentina, distinguimos os setores mais concentrados da classe operária nos petroleiros, mineiros, metalúrgicos das siderurgias, das fábricas automotrizes, de autopeças, têxteis e construção civil.

As classes sociais se distinguem pelo lugar que ocupam no processo da produção social, determinado pelo lugar em que se encontram os meios de produção.

No Manifesto Comunista, já se assinalava que *“de todas as classes que se enfrentam com a burguesia, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”*.

A definição precisa da estratégia é mais do que importante nesta época, em que os revisionistas do marxismo se lançaram a questionar o proletariado como força motriz histórica, ao anunciar o desaparecimento da classe operária, afirmando que agora seu lugar foi substituído por outros setores.

Um conceito essencial: somente o partido revolucionário expressa a consciência de classe proletária, pode assinalar com precisão sua estratégia, suas tarefas históricas – a revolução e ditadura do proletariado. Se o partido revolucionário não propaganda, permanentemente, sua estratégia, nem um outro o fará. O partido revolucionário é o que expressa, conscientemente, os processos políticos, esse é o seu trabalho científico.

Às vezes, partidos que se consideram a si mesmos como revolucionários, recusam divulgar a estratégia, em nome das circunstâncias políticas, que os obrigam a se limitar a questões táticas ou conjunturais, deixando a luta pelo poder somente para ocasiões de aumento da atividade revolucionária das massas, ou para os dias festivos. Esse caminho conduz, invariavelmente, ao reformismo, do qual não há retorno. ■

Comitê Central da seção Argentina

Crise profunda do centrismo



O que entendemos por centrismo?

Caracterizamos como centristas todas as correntes que se reivindicam de esquerda, revolucionárias, guevaristas, trotskistas, que, às vezes, se aproximam das posições revolucionárias, radicalizando-se e jogando um papel combativo na luta de classes, mas que renegam as bandeiras do comunismo, da revolução social, da ditadura do proletariado, da imprescindível direção da classe operária no processo revolucionário, de apontar com precisão que, para começar a construir o socialismo, é necessário construir o partido revolucionário, como um partido de quadros, conspirativo, como estado-maior da classe operária, e que negam que o exemplo a seguir é o do partido bolchevique. A propaganda da violência revolucionária desapareceu de seus materiais políticos.

“ *A crise das organizações centristas estala pela extrema polarização da luta de classes. Que se caracteriza pelo agravamento da crise capitalista, e o fortalecimento da guerra comercial e das tendências bélicas, as pressões para impor reformas insuportáveis para as massas, e o crescente autoritarismo do regime político, que mostra as tendências internacionais da burguesia, que tende a esmagar até as formas mais limitadas de democracia burguesa. Essa pressão extrema estilhaça as formulações políticas democratizantes.*

Todos têm em comum a ausência do programa. Não desenvolveram o programa da revolução na Argentina, como parte da revolução internacional. Repetem generalidades dos clássicos, mas depreciam a elaboração do programa. Como apontava Trotsky: **o partido é o programa**. Não nos cansamos de repetir. Todas estas correntes banalizaram esta afirmação tão conhecida.

Essa questão essencial explica as cambalhotas nas caracterizações, nas consignas, nas táticas dessas organizações. As táticas são convertidas em estratégia, abandonando toda a perspectiva histórica. São facilmente impressionados diante dos acontecimentos, que não conseguiram prever, e terminam sendo seguidistas das massas, sem poder ajudá-las a tomar consciência dos

processos que se desenvolvem. Fazem prognósticos bombásticos, para chamar a atenção, e não fazem o balanço posterior se esses prognósticos se mostraram certos, ou por quais motivos falharam. Os centristas se caracterizam por terem memória curta, por não recordarem de suas caracterizações e posições de ontem, por não poderem explicá-las hoje.

Os centristas, que se reclamam do trotskismo, foram abandonando a estratégia proletária, substituindo-a por “governo dos trabalhadores”. Em vez de partido revolucionário, falam de “partido dos trabalhadores” ou “ferramenta política”. À sua maneira, vão se aproximando da ideia de que a classe operária já não é mais o sujeito histórico, que mudou, devido às transformações sociais das últimas décadas.

Abandonam o trabalho com a imprensa partidária, que é substituída parcialmente pelos meios eletrônicos, e suas campanhas políticas são cada vez mais levianas, vazias de conteúdo político, para não incomodar as classes médias. Não denunciam explicitamente o papel do Congresso e das eleições. Fazem isso em nome de popularizar as consignas e as ideias para chegar às massas. Quando falam da necessária “independência política” do Estado e dos partidos patronais, deixam sempre de falar que essa independência somente pode se materializar na perspectiva da ditadura do proletariado, do governo operário, que não há nenhuma possibilidade intermediária.

Trotsky distingue entre os setores organizados do proletariado francês: os comunistas, os reformistas e os centristas. Sobre esses últimos, diz que “*vacilam constantemente entre os comunistas e os reformistas, e não têm uma atuação independente*”.

“... o centrismo nunca leva as suas ideias até o fim.

Faz referência à “*inclinação inata do centrismo pelos zigzags*”... Diz que “*o centrismo é capaz, é verdade, de realizar grandes zigzags à esquerda, mas, como tem demonstrado de novo a evolução de Zinoviev, é absolutamente incapaz de seguir uma linha de conduta revolucionária de forma sistemática*”.

Em resposta às “*perguntas que fazem da URSS*”, Trotsky dizia: “*A ‘essência’ do centrismo, se é que se pode dizer que tenha uma, é a sua constante oscilação entre a linha proletária e o reformismo pequeno-burguês, com a correspondente linha ideológica. O centrismo está sempre se movendo para a esquerda ou para a direita. Jamais é ‘o mesmo’*”.

O Programa de Transição aponta que as organizações centristas “manifestaram uma completa incapacidade de se orientar na situação política e de extrair dela conclusões revolucionárias. Seu ponto culminante foi o POUM espanhol, que, em condições revolucionárias, se mostrou incapaz de seguir uma linha revolucionária”.

Por que é importante combater todas as formas de centrismo?

Porque são um obstáculo para a construção do partido revolucionário. Apresentam atalhos, caminhos rápidos e fáceis de transitar, para chegar às massas, receitas magistras para evitar a dura e paciente tarefa de construir a direção proletária. Somam confusões, despolitização, desmoralização e divisão na vanguarda que luta.

A crise das organizações centristas estala pela extrema polarização da luta de classes. Que se caracteriza pelo agravamento da crise capitalista, e o fortalecimento da guerra comercial e das tendências bélicas, as pressões para impor reformas insuportáveis para as massas, e o crescente autoritarismo do regime político, que mostra as tendências internacionais da burguesia, que tende a esmagar até as formas mais limitadas de democracia burguesa. Essa pressão extrema estilhaça as formulações políticas democratizantes.

Queremos ganhar para o terreno da revolução esses valiosos militantes das organizações centristas, queremos ganhá-los para a construção do partido proletário. Com este objetivo, precisamos responder às políticas concretas de suas organizações, para poder desmascará-las.

No último século, as organizações de massas estiveram dominadas por correntes social-democratas e pelo estalinismo, que jogaram um papel contrarrevolucionário extraordinário, salvando o capitalismo, ao conter e bloquear as tendências revolucionárias. Hoje, esses enormes aparatos perderam peso e prestígio diante das massas, desmoronaram e colaboram abertamente, com a sustentação dos governos capitalistas. Se essa bancarrota histórica das direções ainda não pôde ser capitalizada pelos revolucionários, isto se deve, entre outras razões, pelo papel que joga o centrismo.

Ao contrário do que recomendam os centristas, é imprescindível restaurar a política marxista consequente, que tornará os partidos mais compactos, conferindo-lhes maior homogeneidade revolucionária. Esse é o caminho para construir os partidos revolucionários em nossos países, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Quem caracterizamos como centristas?

Nessa franja, encontramos inumeráveis organizações, algumas numerosas, outras nem tanto, mas que têm em comum esses traços. Muitas delas, nestes tempos, se tornaram democratizantes, adaptaram a sua estrutura organizativa e a intervenção política à luta eleitoral, parlamentar, abandonando as tradições revolucionárias e os princípios.

Na Argentina, assistimos a uma profunda crise do Partido Operário (PO), que, nos últimos meses, se dividiu, ficando fora da estrutura oficial um de seus fundadores, Altamira, que organizou uma “fração pública”, que conta com o respaldo de um setor importante de sua militância. No passado, o morenismo se dividiu em várias organizações na Argentina e na maioria dos países

onde atuava. No Brasil, uma das organizações mais numerosas, o PSTU, também se fraturou recentemente.

Nos interessa, neste momento, especialmente, a evolução das correntes centristas que se reivindicam do trotskismo, que se tornaram revisionistas. Em vários artigos, estamos tratando da crise no Partido Operário, mas acreditamos ser necessário uma caracterização mais ampla do fenômeno no centrismo, e como o morenismo antecipou essas crises.

O centrismo na Argentina

Tem importância o balanço das correntes “trotskistas” porque, desde a sua aparição, nos anos 1930, nunca conseguiram resolver a questão de construir o partido-programa, a direção revolucionária. Essas correntes tiveram forte influência sobre o restante da América Latina. Refletiam, em nossos países, os desvios e a destruição política e organizativa da IV Internacional.

Por exemplo, J. Posadas (seu grupo foi reconhecido como seção da IV Internacional, em 1951) chegou a ter influência na vanguarda, se desviou para posições nacionalistas burguesas, e seu peso praticamente desapareceu, já faz muitos anos.

Na década de 1980, se fundou o Partido Operário (PO), sobre a base da liquidação política do Partido Política Operária, para evoluir até o centrismo. Nossa organização tomou em suas mãos a tarefa histórica de construir o partido revolucionário, assumindo as conquistas políticas alcançadas até o ano de 1982 por Polí-



“ *Moreno é a expressão mais acabada do centrismo, entre todas as organizações revisionistas do trotskismo. Seus zigzags mostram claramente esse papel.* ”

tica Operária (fundada em 1964), e se somou à tarefa de reconstruir a IV Internacional, no Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Nahuel Moreno conseguiu construir uma das organizações centristas mais numerosas, da qual sobrevivem vários setores, com influência na vanguarda operária e na juventude. Moreno é a expressão mais acabada do centrismo, entre todas as organizações revisionistas do trotskismo. Seus zigzags mostram claramente esse papel.

Uma breve análise da história de N. Moreno

Do final dos anos 1950 até 1970, Moreno tentará construir o partido da classe operária, partindo do peronismo e passando pelo castrismo. Dissolveu-se no peronismo, e, quando saiu dele, se fundiu sem princípios com a corrente de Santucho, para formar o PRT. Em várias oportunidades, em sua história, a organização mudará de nome.

Exigiu que a CGT atuasse como partido operário, ou as “62 Organizações” peronistas, que a burocracia sindical, ideologicamente ligada ao nacionalismo burguês, tomasse essa tarefa política fundamental para a classe operária.

O acordo com Santucho, que foi qualificado como um passo importante para o desenvolvimento do partido, mostra que concepção de partido tinha Moreno nesse momento: um partido que surge sem programa, sem princípios, em fusão com um setor nacionalista pequeno-burguês, com um congresso que se realizou depois da fusão. Essa experiência se esgotou rapidamente.

Nesse período, depositou toda a ilusão de que, com o castrismo e a OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), se resolveria a direção revolucionária internacional, se disciplinando às suas políticas.

Depois desse novo fracasso, se lançou à construção de um partido legal, o PST, para intervir nas eleições de 1973 (esse partido foi colocado na ilegalidade pela ditadura militar, em 1976). Política que potenciará, com a construção do MAS (Movimento ao Socialismo), no início dos anos 1980. O MAS participou das eleições de 1983, e integrará diversas frentes com o Partido Comunista, nas eleições seguintes. Logo após a morte de N. Moreno, em 1987, o MAS se fragmentou, dando lugar ao surgimento de vários partidos, que reproduziram, à sua maneira, as posições e concepções de Moreno, ainda que alguns deles renegassem nas palavras essa herança recebida.

Moreno e seu entrismo no Peronismo

Moreno começou a sua militância fundando o GOM (Grupo Operário Marxista), em 1943. Inicialmente caracterizou o processo do nacionalismo burguês de Perón como “gorila e sectário”, segundo as suas próprias palavras. Para o GOM, o 17 de outubro de 1945 havia sido uma “mobilização fabricada e dirigida pela polícia e pelos militares, nada mais”.

Em 1948, adotou o nome POR (Partido Operário Revolucionário), quando realizou o seu primeiro congresso. Até 1956, combinou com o nome público de Federação Bonaerense do Partido Socialista (Revolução Nacional), entre 1954 e 1955 (PSRN). Em 1954, já defendia a tarefa de construir “o grande partido da vanguarda operária, formando já um partido centrista de esquerda legal”, que retornaria no começo dos anos 1970.

Em 1957, passou ao outro extremo: sua corrente, o PSRN, em seu sexto congresso, se orientou para o entrismo no peronismo, adotando o seu jornal o nome de **“Palavra Operária”, que começou a ser editado nesse ano, sob a disciplina do general Perón e do Conselho Superior Peronista, até 1964** (reivindicando essa experiência). Previamente, havia fundado com setores peronistas o MAO (Movimento de Agrupamentos Operários), dando forma à sua tática denominada de *“frente única revolucionária com a vanguarda de operários peronistas”*. A sua subordinação a Perón chegou a tal ponto que chamou voto em Frondizi em 1958, enquanto as bases peronistas lhes davam as costas.

Em janeiro de 1965, a organização de Moreno, “Palavra Operária”, se funde com a FRIP, que tinha Santucho como dirigente, fundando o PRT. O 1º Congresso realizou posteriormente à fusão, assim como à apresentação dos documentos da situação política nacional, internacional e latino-americana. Nesse congresso, se votou a consigna *“que a CGT atue como partido operário”*. Moreno considerava essa fusão um passo muito importante no desenvolvimento do partido revolucionário, ainda que dissesse que *“os companheiros da FRIP não eram trotskistas”*, e rechaçassem a adesão à IV Internacional. No 2º Congresso, no ano seguinte, aprovaram a adesão ao Secretariado Unificado da IV Internacional, como simpatizantes.

Em dezembro de 1965, o PRT enviou uma carta aberta para as 62 Organizações Peronistas, convidando-as a se converterem no partido político da classe operária argentina. Pretendiam das “62” a sua *“transformação em partido operário independente”*, apoiando a ala vanguardista. Reiterava o convite que *“a CGT apresente um plano econômico alternativo e se levante como ‘partido dos trabalhadores’”*.

Assim como defendia que a burocracia sindical, identificada com o nacionalismo burguês, se transformasse no “partido dos trabalhadores”, o PRT reivindicava uma “saída operária e popular” e a realização de uma *“Assembleia Constituinte livre e soberana”*.

Durante a rebelião camponesa no Peru (1961-63) se produziu um “desvio militarista” em Palavra Operária, com a intervenção direta de seus militantes, influenciados pelo castrismo. A crítica dessa experiência não lhes serviu, como veremos, para evitar a sucessão de erros, cometidos ao longo da década.

O morenismo soube combinar a sua subordinação ao nacionalismo burguês com o reconhecimento do foquismo pequeno-burguês como se fosse uma direção revolucionária consequente e socialista.

Moreno e o embelezamento do castrismo e da OLAS

Simultaneamente, depositou grandes expectativas na Conferência Tricontinental reunida em Havana (janeiro de 1966), e na criação da OLAS, pensando em uma mudança da direção cubana, que encarnaria uma estratégia revolucionária para o conjunto do continente. Reproduziremos citações de seus documentos e publicações, porque os companheiros que reivindicam essa corrente não conhecem ou não estudaram essas posições, que se manterão depois da ruptura com Santucho.

Em junho de 1966, Moreno afirmava que *“a Tricontinental foi um reflexo mundial altamente progressivo, no sentido da unidade de ação do movimento de massas refletido no plano superestrutural dos Estados operários, partidos nacionalistas, operários oportunistas e movimentos guerrilheiros. Os partidos que não saibam compreender essa profunda tendência para a unidade de ação defensiva dos partidos que se reivindicam da classe operária e do povo, nessa etapa terminarão totalmente desacomodados”*. Rapidamente, ficou claro que o “desacomodado” seria Moreno, diante de semelhante declaração.



Em julho de 1966 adicionava: “é evidente que o castrismo, como tendência revolucionária indiscutida do movimento de massas, entrou em crise...”

O PRT realizou uma intensa campanha em 1967, defendendo os objetivos e a ação da OLAS, tentando incorporar-se ao Comitê Nacional organizado no país, o que não se concretizou.

O conflito entre Castro e os PCs, especialmente quando o PC da Venezuela abandonou a guerrilha da FALN, levou o PRT a potencializar a sua ilusão de que, com esta nova situação, “seria possível superar a crise de direção revolucionária na América Latina.” (3º Congresso do PRT, 1967).

Na conferência da OLAS, o PRT adotou a seguinte posição: “Os revolucionários da América Latina têm já uma bandeira comum de massas que os agrupa organizativamente. Não interessa neste momento o desenvolvimento organizativo desse novo fenômeno histórico que é a OLAS,... só o que interessa é que, igualmente quando se fundou a III ou IV Internacional, essas refletiam um novo fenômeno histórico. A OLAS se insere no processo histórico como o fato mais colossal para a transformação da IV Internacional em um movimento de massas”.

Em novembro de 1967, Moreno dizia: “Nosso ‘entrismo’ na OLAS não deve ser essencialmente em sua organização política, mas sim no aparato militar. Nosso partido tem a obrigação de incluir como a sua tarefa número um formar um aparato técnico rigidamente disciplinado à OLAS, para as tarefas técnicas que a OLAS lhe ordene dentro de sua estratégia armada de luta pelo poder. Outro significado de nosso ingresso na OLAS não pode existir”.

Nesse documento, diante da perspectiva de “guerra civil continental” colocava que “se antes o sindicato era o nosso veículo organizativo para tomar o poder, agora é a OLAS com os seus organismos nacionais da luta armada o único veículo organizativo do poder. Isso não quer dizer que essas organizações (sindicais) não continuem tendo uma importância fundamental, mas não será a única, já que está combinada e submetida à OLAS, se tem uma perspectiva revolucionária”.

“Nossa estratégia de luta armada pelo poder é então a única possível neste momento histórico: é a da OLAS, e a ela nos voltamos com armas e bagagem. Passamos a militar já, a lutar na primeira fila, como bons trotskistas, na luta armada da OLAS para conquistar o poder na América Latina”.

Este embelezamento do papel do castrismo e da luta armada, à margem do amadurecimento político das massas, e da construção de sua direção revolucionária, teve consequências políticas desastrosas. O PRT se dividiu, em 1967, em duas frações, que defendiam a possibilidade da luta armada no país, chegando à ruptura, em princípios de 1968, quando deveria se reunir o 4º Congresso, no marco de uma profunda crise partidária, potenciada por uma direção que priorizava o aparato militar. O partido já estava dividido, eram dois partidos.

Santucho exigia que o partido organizasse a formação de colunas guerrilheiras, defendendo que, em Tucumán, as condições eram apropriadas.

A crise “organizativa”, que expressa um conceito de partido não bolchevique, começou com uma fusão sem princípios, e terminou da mesma forma

Nesse momento, Moreno defende que a direção do partido se burocratizava, que passaram de 10 os militantes mantidos financeiramente pelo partido, que se dedicam “profissionalmente” à atividade do partido em dobro, com uma maioria não vinculada ao trabalho no movimento operário, com “gastos desproporcionais”.

Iso revela outra deformação política: contar com militantes remunerados, com militantes que vivem do partido, que eram considerados “profissionais”. São produzidos enfrentamentos pessoais, difamações e denúncias sobre falsificações de informes no seio da direção. A minoria acusa que seus documentos não chegaram na base, que não há discussão política na organização, e que se ocultam as atas de discussão na direção. Moreno acusa a maioria de fazer “antimorenismo”. Nas crises e rupturas posteriores, aparecerão os mesmos sintomas.

Durou três anos a experiência conjunta. Em fevereiro de 1968, começaram a atuar como organizações separadas. Moreno seguiu

editando o jornal “A Verdade”, enquanto que o setor de Santucho denominaria a sua imprensa de “O Combatente”. Assim seguiram até 1972: PRT-LV e PRT-EC.

Moreno dirigente do PRT-LV (A Verdade) mantém a sua política de embelezamento do castrismo e das ações foquistas, especialmente na Bolívia

O setor de “A Verdade” decidiu realizar o seu 4º Congresso sem a presença da

outra fração, e dirigiu uma carta ao congresso da maioria do CC, fazendo referência a que pertenciam à mesma Internacional (SU), e defende a realização de um congresso de reunificação sob a supervisão internacional. Uma das críticas à maioria era a de que havia inflado o seu padrão, considerando como militantes meros simpatizantes e amigos, para aumentar o número de delegados.

A proposta foi rechaçada pelo PRT-O Combatente, que resolveu em seu 4º Congresso expulsar os “morenistas”, acusando-os de pequeno-burgueses, sindicalistas, espontaneístas, reformistas, etc. Não deixou por isto de ser centrista, já que não havia nenhuma diferenciação programática com o morenismo, embora proclamasse que havia se produzido uma “revolução ideológica”. Nos anos seguintes, eles se dividiram, sem encontrar o caminho para colocar em pé o partido revolucionário. Em outro trabalho, analisaremos o rumo foquista pequeno-burguês desse setor.

O 4º Congresso de A Verdade, sob a direção de Moreno, fez um balanço equivocado de seu fracasso, responsabilizando o “retrocesso do movimento operário”, assinalando a “burocratização e pequeno-aburguesamento” da direção, sem entender quais foram as causas dessa degeneração, que era tida como inevitável, como também o erro de ter ampliado a direção, e ampliado o partido sem uma homogeneidade política. Não entendeu que o intento de ganhar a FRIP, fazendo-lhes concessões políticas e metodológicas, teria como base a ideia de crescer a qualquer custo, sem bases programáticas sólidas. A ausência de um balanço rigoroso, marxista, dos problemas, levará à repetição das crises ocasionais,

“Considerar a entrada na OLAS e fundamentalmente em seu braço armado como a medida político-organizativa adotada até a data, impondo o contato mais estreito com sua direção continental, e a estruturação de um aparato técnico em comum (...)”

4º CONGRESSO PRT-A VERDADE

ainda que se diga que se tornará uma organização proletária e bolchevique.

Quando os morenistas se referem criticamente à “tendência de sofrer desvios e crises, a partir de fortes pressões da realidade... que resultam “em um desvio político, uma crise de funcionamento e uma ruptura”, creem encontrar sua causa nas derrotas do movimento operário, e nunca na ausência do programa proletário.

“ *A experiência da Assembleia Popular na Bolívia teve características soviéticas, e se estruturou, desde o começo, na base de um programa proletário, trotskista. O morenismo não teve nenhuma participação, e foi seguidista das correntes foquistas, à margem da evolução política da classe operária, e contra o processo que levaria à estruturação da Assembleia Popular.* ”

Esse Congresso do PRT-A Verdade adotou um documento como “**base programática**” que reproduz todos os erros políticos do período:

“Com o surgimento de Cuba socialista, abriu-se na América Latina um processo de guerra civil continental, entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas de um lado, e entre Cuba com os movimentos guerrilheiros, de outro (...) Este processo de guerra civil continental passa por várias etapas em seu desenvolvimento. A última delas se abriu em 1967, marcada por dois acontecimentos históricos: o início da luta armada na Bolívia, e a fundação da OLAS (...) dentro do Cone Sul, o desenvolvimento revolucionário é profundamente desigual, sendo a Bolívia a vanguarda, e a retaguarda o Paraguai e o nosso país (...) emoldurado nesta análise de conjunto, e na estratégia político-militar de criar dois, três Vietnãs, é nosso dever e obrigação fornecer todo nosso apoio e nossa intervenção militante para possibilitar a insurreição na Bolívia, fato que facilitará, por sua vez, a ruptura do equilíbrio em todo o Cone Sul e, em consequência, em nosso próprio país (...) a OLAS surge como uma organização político-militar com o apoio do estado operário, que projeta como tarefa essencial o desenvolvimento da revolução socialista fora de suas fronteiras; que, em consequência do seu objetivo e sua dinâmica, é voltada à revolução socialista latino-americana e que, independentemente dos erros táticos, tem um programa geral e uma estratégia para a luta armada corretas (...) em nosso país não se dá nenhuma das condições que apontamos para a Bolívia e, pelo contrário, assistimos a uma das etapas de retrocesso mais profunda do movimento operário (...) Tucumán entra dentro desta caracterização geral, ainda que siga sendo o elo mais fraco do país”.

Entre as resoluções que esse congresso adotou, ratificou-se esta posição: “*Considerar a entrada na OLAS e fundamentalmente em seu braço armado como a medida político-organizativa adotada até a data, impondo o contato mais estreito com sua direção continental, e a estruturação de um aparato técnico em comum, ... intervir nas atuais lutas defensivas da classe, incorporando os métodos de resistência técnica parcial, como medida de garantia para o triunfo dos conflitos, e como ponte de ligação entre essas lutas e a revolução continental e a futura luta armada generalizada em nosso país, ... considerar como de fundamental importância a pro-*

paganda política sobre a vanguarda e a agitação para popularizar o partido, a OLAS, a guerrilha do Vietnã, e os movimentos guerrilheiros latino-americanos... começar, já em Tucumán, o mais rápido possível, as ações ultraclandestinas, defensivas, de resistência técnica parcial, de acompanhamento das lutas econômicas e sindicais do movimento operário”. (Documento do 4º Congresso, citado por Ernesto González, em sua história do morenismo).

Apesar de todos os esforços e declarações a favor da OLAS, o PRT-LV não foi aceito no Comitê Nacional da OLAS.

Essas são posições do PRT-LV orientadas por Moreno, logo após a ruptura com Santucho. Pouco tempo depois, diria que a OLAS não chegou nunca a se constituir como uma organização para dirigir a “guerra civil continental”, nem seriam “os destacamentos armados da OLAS” os encarregados por tomar o poder, e que “*Fidel começou a se alinhar com a URSS*”.

Em agosto de 1968, corrigindo parcialmente as suas posições, dirá que “*em países como o nosso, a defesa da OLAS em escala nacional é muito mais propagandístico, menos concreto, que a defesa organizativa de ‘poder a uma CGT anti-imperialista e revolucionária’.* É por isto que achamos conveniente enriquecer nossa consigna de criação de destacamentos armados da OLAS, e de nos prepararmos para a luta armada, combinando-a com a tarefa de mudar a direção política do movimento sindical, e defender o poder para essas organizações sindicais revolucionárias”.

O reconhecimento posterior desses graves erros é limitado, porque segue sem compreender a raiz de tais erros, dos desvios. Se não se compreende a essência do erro, não se pode superá-lo conscientemente. Esses erros de Moreno não eram somente “nacionais”, eram expressão política da corrente internacional chamada Secretariado Unificado da IV Internacional (SU), ao qual os morenistas aderiram. Essas posições implicam uma ruptura com o trotskismo, com o Programa de Transição, e com as Teses da Revolução Permanente.

Moreno, seguindo o SU da IV Internacional, apoia o foquismo na Bolívia, contra o POR

“...na Bolívia, o começo da luta armada como nova frente incipiente da guerra civil continental, se combina com o maior retrocesso do movimento operário argentino dos últimos vinte e cinco anos. As tarefas de nosso partido têm de levar em conta esses dois polos altamente contraditórios da realidade, para atuar consequentemente. A escala histórica se abre em duas perspectivas: uma, a guerra civil continental chega ao nosso país vindo da Bolívia, e, sob uma perspectiva essencialmente militar, vai unificando o movimento de massas, e essencialmente o movimento operário, para assaltar as cidades desde dentro, principalmente Buenos Aires e a Grande Buenos Aires: outra, nosso movimento sindical renasce de suas cinzas com novos métodos, e se combina estreitamente com a guerra civil continental e a luta armada boliviana. Pode acontecer uma combinação de ambas perspectivas. Ninguém pode dizer, neste momento, que pautas seguirão o curso da luta revolucionária em nosso país”. (A Revolução Latino-Americana e Nossas Tarefas).

Por um lado, esse documento enfatiza repetidas vezes o profundo retrocesso do movimento operário na Argentina, e, na sequência, defende uma perspectiva militar, para que o movimento operário tome de assalto Buenos Aires.

Essa política teve uma expressão prática em buscar uma relação efetiva com o ELN da Bolívia, dirigido por Inti Peredo. O PRT-

LV assinalava: **“Viva o ELN boliviano e seu líder indiscutível!”**. *“...o partido tem de intervir com tudo: dinheiro, quadros médios, apoio logístico, desde as províncias limítrofes, na luta armada boliviana. Basta de palestras e vamos intervir já, urgentemente, na luta armada boliviana, chave de nossa própria revolução.”*

Sua política era que o POR-C se integrasse ao ELN; segundo a direção internacional, já havia um acordo. O SU da IV Internacional tinha enormes expectativas em construir a IV Internacional ao redor da Bolívia.

Na reunião do Comitê Executivo de março de 1968, se resolveu que **“o eixo de nossa atividade é simples: resolver as finanças partidárias para começar a fazer a cotização mensal a que nos comprometemos”**, e **“que se comece a enviar, a partir deste mês, uma cotização mínima ao POR (Combate) boliviano, para retornar a relação a partir do cumprimento dos compromissos. Ao mesmo tempo, o plano do partido era colaborar com a construção do POR-Combate, sempre dentro da perspectiva da luta armada de massas que o PRT-LV defendia, começando por enviar um quadro, o mais pronto possível, para integrar a atividade ali. Mas, diante da luta fracional na Argentina, o POR-Combate decidiu não aceitar delegados permanentes de nenhuma das organizações”**.

Depois diriam, desencantados, que o **“POR-Combate, dirigido por González Moscoso, não prestava nenhuma atenção ao reanimamento da resistência à ditadura boliviana”**. Em meados dos anos 1970, o ELN abriu sua frente foquista em Teoponte, que foi dizimada pela repressão, em poucos meses.

Como se não houvesse encorajado e apoiado os grupos foquistas, e os considerado a vanguarda da América-Latina, depois os morenistas criticariam cinicamente essa experiência, questionando: **“Poderia-se pedir provas mais dramáticas (e trágicas) da falsidade da concepção de que o caminho das massas passa pela guerra de guerrilhas rurais?”**.

A Bolívia pôs à prova todos os programas de todos os partidos, em relação à luta pela revolução, pelo governo operário e camponês. A experiência da Assembleia Popular teve características soviéticas, e se estruturou, desde o começo, na base de um programa proletário, defendido pelos trotskistas. Nessa experiência, o morenismo não teve nenhuma participação, e foi seguidista das correntes foquistas, à margem da evolução política da classe operária, e contra o processo que levaria à estruturação da Assembleia Popular.

Sua intervenção foi a de combater o POR boliviano, tratando de isolá-lo internacionalmente, desfigurando o papel da Assembleia Popular, para encher de preconceitos a sua militância, e disfarçar o fracasso de suas posições foquistas.

Moreno não pôde prever o Cordobaço (Maio de 1969)

Todos os informes dos meses prévios falavam de derrotas, de passividade, de retrocesso. Em seu 4º Congresso, afirmava que **“assistimos a uma das etapas de retrocesso mais profunda do movimento operário”**... **“dentro do Cone Sul, o desenvolvimento revolucionário é profundamente desigual, sendo a vanguarda a Bolívia, e a retaguarda o Paraguai e nosso país...”**, **“o maior retrocesso do movimento operário argentino nos últimos vinte e cinco anos”**.

Chama a atenção que não tenha podido prever as condições que estavam se tornando maduras nas massas argentinas. Um le-

vantamento popular como o que se produziu não floresce de um dia para o outro.

Dois meses antes do Cordobaço, o PRT caracterizava que, de conjunto, se vivia na América Latina uma etapa de ascenso, que se **“refletia de forma mais tênue em nosso país, e essencialmente no movimento estudantil... também se insinua uma pequena recuperação do movimento operário”**.

Para depois passar a dizer, uma vez acontecido o Cordobaço: **“O novo ascenso, que agora se inicia, colocou, desde o seu começo situações insurrecionais nas cidades. Estas somente têm precisado da existência de partidos revolucionários, com certa influência no movimento de massas, para triunfar”**. **“...as massas, quase sem armas, são capazes de enfrentar a polícia e de impactar o exército. Cada insurreição ou semi-insurreição urbana é mais violenta, e comove mais profundamente o poder burguês. Não há nenhuma razão para duvidar de que o processo segue crescendo. Cada estouro é um ensaio do seguinte, e superior ao anterior”**.

“Pensemos o que se passará no futuro, quando o partido revolucionário transformar em consciência e ciência as lutas urbanas, que hoje em dia têm um caráter espontâneo. Pensemos também o que aconteceria, se todo o dinheiro e organização, que hoje se volta para a preparação guerrilheira, fosse destinado a preparar política e militarmente as insurreições urbanas, pelas quais seria necessário começar por construir um partido. Não duvidamos que as insurreições triunfariam ou provocariam graves situações revolucionárias. As duas únicas condições que se requerem para o triunfo

“ A política traçada por Moreno (PRT- A Verdade) era que o POR-C (Combate) da Bolívia se integrasse ao ELN (Exército de Libertação Nacional), para o que já havia um acordo com o SU (Secretariado Unificado) da IV Internacional, que tinha enorme expectativa em construir a IV Internacional na Bolívia.

são a existência de um poderoso movimento de massas, e de um partido que se eleve na arte da insurreição. Arte político-militar que permite enfrentar a polícia e as forças armadas, de um lado, e transformá-la em insurreição, de outro. Para conquistar isto, não somente é preciso mobilizar as massas, mas também, como parte da insurreição que se deve organizar, centralizar e disciplinar os piquetes armados operários e estudantis, e elaborar um plano insurrecional”.

“Em lugar do estudo de como organizar a guerrilha, a nova vanguarda revolucionária deve começar a estudar a arte insurrecional”.

“... revalorizar o conceito de partido revolucionário, como guia fundamental da revolução armada. A América Latina está madura. À vanguarda operária e estudantil, cabe a responsabilidade de construir essa ferramenta. Para isto, deve munir-se de um programa e uma metodologia adequada. Que este balanço sirva a esse objetivo”.

“... o enfrentamento direto contra a polícia, nós definimos como semi-insurreição. O maio cordobês demonstrou que a luta armada devia responder às necessidades do processo que estavam vivendo as massas, e que, se não se desenvolveu ainda mais este processo, foi precisamente pela ausência de um partido revolucionário, que

estivesse presente com uma estratégia insurrecional”.

“O que há que discutir são as consignas que mobilizem as massas e organizem a vanguarda para o processo insurrecional. Para mobilizar e organizar as massas, necessitamos do partido revolucionário, com a sua ciência marxista de elaboração do programa; para a insurreição acontecer no tempo certo, por surpresa, com as forças que se dispõem para desorganizar as forças do adversário, fazendo com que os soldados passem ao movimento insurrecional”.

Em junho de 1969, define que se produziu uma mudança na etapa, que era definida como pré-revolucionária.

A formulação da necessidade de construir o partido revolucionário aparece totalmente desvirtuada, quase como um disparate político, porque sua função seria estudar a arte da insurreição. Moreno era incapaz de desenvolver essa tarefa, justamente porque, durante 25 anos, havia buscado atalhos para construir esse partido, seja do lado do peronismo ou do castro-guevarismo, negando-se a elaborar o programa da revolução para a Argentina, aplicando o método marxista. A questão do armamento das massas, a luta pela conquista do poder, a arte insurrecional, são aspectos do programa geral do partido revolucionário, que leva a um processo de amadurecimento, intervindo com essa política no movimento de massas. Não se pode gestá-las repentinamente, estudando, para se colocar à altura do que exige o movimento das massas.

A ausência do programa revolucionário, seu centrismo, o levará alguns anos depois a buscar outro atalho para construir o partido trotskista, quarta internacionalista, dissolvendo o PRT em um partido social-democrata, o PSA (Partido Socialista Argentino), que era dirigido por Juan Carlos Coral, para fundar o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores), sob a consiga de formar um **“partido centrista de esquerda legal”**.

Moreno não caracterizava o governo da Unidade Popular no Chile como de “frente popular”

No Programa de Transição, se caracteriza com precisão qual é o papel das “frentes populares”. Diz: *“Sob a bandeira da Revolução de Outubro, a política conciliadora praticada pela Frente Popular condenaria à impotência a classe operária, e abriria o caminho para o fascismo. Frentes Populares de um lado, fascismo do outro: esses são os últimos recursos do imperialismo na luta contra a revolução proletária”.*

Para uma maior precisão crítica, a consigna reformista de nacionalização afirma: *“1. Opomo-nos às indenizações. 2. Alertamos as massas contra os demagogos da Frente Popular que, defendendo hipocritamente a nacionalização, continuam sendo, na realidade, agentes do capital. 3. Chamamos as massas para que confiem somente em sua própria força revolucionária...”*

E agrega também que *“desvelar sem piedade a teoria e a prática da Frente Popular é, portanto, a primeira condição para uma luta revolucionária contra o fascismo”.*

Essas definições precisas se aplicam estritamente à política da frente popular, que levaram adiante o Partido Socialista e o

Partido Comunista, na Unidade Popular, com o Partido radical – burguês – e outras organizações. Com o apoio do castrismo, se havia caracterizado o triunfo eleitoral em 1970 como a *“via pacífica para o socialismo”*.

Era tarefa dos trotskistas alertar a classe operária e a maioria oprimida sobre o perigo que essa política carregava, aproveitando-se da poderosa ilusão que se abria. Justamente, um dos problemas desta situação era a extrema debilidade do partido revolucionário. Mas, somente com uma política correta se poderia trabalhar em sua estruturação, em vez de ocultar às massas o significado que tinha a UP. Isso significava enfrentar as ilusões das massas, combatê-las, em vez de ser seguidista.

Moreno exaltou o triunfo eleitoral: *“O triunfo eleitoral da Unidade Popular foi uma extraordinária vitória da classe operária e dos setores populares chilenos. Mais ainda do que Allende e os partidos Socialista e Comunista, quem triunfou no Chile foram as massas”.*

“... que o movimento operário tenha apoiado uma terceira posição, significou o seu repúdio total às variantes abertamente burguesas, que lhe eram oferecidas. A maioria do eleitorado, que deu o triunfo a Allende, votou por um candidato socialista, e contra os dois candidatos capitalistas. Sua adesão a Allende significou uma adesão ao programa de nacionalização efetiva, de melhores salários, de ruptura com o imperialismo, de profunda reforma agrária e do reatamento das relações com Cuba”.

“ Moreno exaltou o triunfo eleitoral de Allende: “O triunfo eleitoral da Unidade Popular foi uma extraordinária vitória da classe operária e dos setores populares chilenos. Mais ainda do que Allende e os partidos Socialista e Comunista, quem triunfou no Chile foram as massas”.

“... não podíamos minimizar que o extraordinário triunfo eleitoral de 4 de setembro abriu uma nova etapa, extremamente contraditória, que as forças trabalhadoras e as organizações revolucionárias deviam saber aproveitar para impulsionar a saída”.

“O ponto fraco dessa situação, extraordinariamente favorável, era a ausência de um partido revolucionário. A União Popular não era garantia de que o processo revolucionário iria se aprofundar, nem de que seria capaz de cumprir o programa de-

mocrático que levantou na campanha eleitoral, e desenvolver todas as potencialidades existentes. Era quase seguro, dizia A Verdade, que, consagrado presidente, Allende cederia diante das pressões da burguesia e do imperialismo, mas que seria um erro imperdoável, sectário, ultraesquerdista, não ver as possibilidades que se abriam com o triunfo do allendismo”.

“O triunfo eleitoral não era o triunfo da revolução, mas sim um elemento importante para a radicalização das massas”.

“Uma coisa era não confiar nem por um minuto nesta direção, outra coisa é considerá-la igual a qualquer outro governo burguês. Não podíamos indicar, naquele momento, qual deveria ser a conduta do partido revolucionário que surgiu”.

Não se tratava de denunciar as limitações ou debilidades. Tratava-se de assinalar com previsão que a UP era uma alternativa contrarrevolucionária, destinada a desarmar política e materialmente a classe operária. Essa deveria ser a conduta do partido revolucionário, sem dúvida.

Em uma declaração diante da paralisação de 9 de outubro de 1970, o PRT afirmava *“defender o triunfo dos trabalhadores chilenos, ao terem votado por um programa nacionalista e socialista contra a reação interna e externa. Não interessava que, no Chile ou*

em outra parte, o socialismo não poderia se impor pela via pacífica e parlamentar, por culpa dos exploradores e do imperialismo, que não aceitariam essa via pacífica e agrediriam com as armas todo triunfo da classe trabalhadora. O importante era que os operários haviam votado pelo socialismo, e dizer socialismo na América Latina era dizer Cuba”.

Moreno dissolve o PRT-LV no PST

No começo de 1970, o PRT caracterizava que aconteceria “um ressurgimento do populismo nacionalista e do peronismo” e “que esse fortalecimento duraria pouco tempo”. Também caracterizava como possível “que se abra um período de luta eleitoral e a utilização da legalidade a escala nacional”.

No 5º congresso, em meados de 1970, se colocou a questão da “**utilização da legalidade**”, afirma que “é muito provável que se abra uma etapa semidemocrática no país; isto vai significar um acomodamento de todo o Partido, já que, após longos anos de clandestinidade, estamos muito pouco acostumados a usar os resquícios legais que o regime deixa. Será uma verdadeira prova de fogo para nós, como extrair a maior vantagem possível em uma possível etapa legal, já que devemos deixar de lado nossos métodos artesanais, para projetarmos como teremos o jornal legal que chegue ao conjunto das massas, assim também como garantir todas as tarefas que esta mudança trará”.

Diante da paralisação geral, convocada para 9 de outubro de 1970, o PRT-LV “considerava que a CGT deveria ser clara, e lutar pela convocação de eleições livres, democráticas e pelo direito de intervir nelas, não somente o partido peronista, mas também o próprio Perón, e exigir em nome dos trabalhadores que se chamasse uma Assembleia Constituinte para efetuar todas as reformas estruturais, que tornariam o país independente e liquidariam o regime capitalista”.

Diante da paralisação geral, convocada para 9 de outubro de 1970, o PRT-LV “considerava que a CGT deveria ser clara, e lutar pela convocação de eleições livres, democráticas e pelo direito de intervir nelas, não somente o partido peronista, mas também o próprio Perón, e exigir em nome dos trabalhadores que se chamasse uma Assembleia Constituinte para efetuar todas as reformas estruturais, que tornariam o país independente e liquidariam o regime capitalista”.

“Mas, para completar esse programa, a CGT deveria dar uma resposta categórica a todos os políticos e movimentos burgueses que a procuravam para conseguir os votos operários: a CGT teria de ter seu próprio programa político e candidatos operários independentes”.

“O PRT-LV se solidarizava com o programa da CGT, que exigia a imediata aplicação da Constituição Nacional, a revogação das leis repressivas e do estado de sítio”.

Em janeiro de 1971, diziam: “os trabalhadores não deviam se limitar a lutar por nossas reivindicações imediatas, que deveríamos ser os campeões na luta pela independência nacional e na conquista de uma verdadeira democracia. A classe operária deveria ser a mais consequente defensora da realização imediata de eleições sem o impedimento de nenhum partido ou candidato, organizando-se para defender os resultados contra qualquer manobra posterior”.

“O exemplo dos trabalhadores chilenos devia servir de guia neste sentido. Mas, para que pudéssemos fazer isto, existia um requisito necessário: conquistar a independência da classe operária de todos os partidos e candidatos burgueses. Teríamos de unificar o conjunto de nossas reivindicações em um programa

comum, e conseguir que seja tomado e levado adiante pelas únicas organizações de massas que então dispomos: os sindicatos e a CGT. Por isto, devemos construir um verdadeiro partido operário, que seja a expressão autêntica das aspirações da maioria dos trabalhadores”.



“ Em janeiro de 1971, o PRT-A Verdade “(...) propunha, como autêntica saída democrática, uma **frente ampla de todas as correntes de esquerda e operárias para derrotar a ditadura, e impor um governo provisório, que garantisse o chamado de eleições livres e soberanas, e uma Assembleia Constituinte que decidiria como organizar e governar o país**”

O PRT-A Verdade “termina seu balanço de 1970, fazendo referência ao problema mais importante do momento: a ausência de partidos revolucionários com influência de massas”.

“Diante das manobras da burguesia, ‘A Verdade’ propunha, como autêntica saída democrática, uma frente ampla de todas as correntes de esquerda e operárias para derrotar a ditadura, e impor um governo provisório, que garantisse o chamado de eleições livres e soberanas, e uma Assembleia Constituinte, que decidiria como organizar e governar o país”... “era necessário definir um programa e métodos de ação para conseguir uma saída democrática, operária e popular”.

Com o segundo Cordobaço, caiu o presidente Levingston, e assumiu Lanusse, que lançará o Grande Acordo Nacional, para preparar a saída “democrática”, para superar a crise, comprometendo todos os setores burgueses. O PRT defenderá “**hoje mais do que nunca é válida a nossa consigna de eleições imediatas**”. E dirá que a caída de Levingston era “**um triunfo das massas**”.

“Aberta a etapa eleitoral, havia uma só maneira de não fazer o jogo dos partidos burgueses e reformistas: exigir uma organização independente dos trabalhadores”.

“Eleições livres e democráticas não poderiam ser outorgadas pelo novo governo, e nenhum outro governo burguês. Somente um governo provisório dos trabalhadores poderia impô-las, mas, para isto, havia que se preparar e mobilizar a classe sob esta consigna”.

No 30 de março, diria: “Nosso chamado é para que os trabalha-

dores tenham o seu próprio partido... Os partidos que se considerem revolucionários têm de responder ao chamado que a realidade nos impõe". Fechando com a consigna: **"Organização Independente dos Trabalhadores em um Partido Operário e Popular!"**.

O PRT vai abandonando todo o plano insurrecional, de revolução armada e de construção do partido revolucionário, pela defesa da construção de um partido operário de massas para aproveitar as eleições. A ideia é que esse partido legal seja diferente do partido revolucionário, um partido definitivamente centrista, para que não seja colocado na ilegalidade. Assim vai criando as condições que o levarão ao acordo com o Partido Socialista Argentino e a sua dissolução. Depois disso, veremos que não há duas organizações, dois programas, duas estratégias, mas somente uma, a do "partido centrista legal".

Moreno renunciava à tarefa de construir o partido bolchevique, e o dizia isto desta forma: *"Sabemos que essa organização é o oposto de uma proletária bolchevique, e que nossa tendência, por meio dela e lutando nela, contra as tendências pequeno-burguesas, tende a construir uma organização bolchevique e não centrista"*. Dessa outra tendência bolchevique que menciona, nunca se viram rastros, o que sempre a vanguarda conheceu foram as organizações centristas que ele colocou em pé.

O marxismo entende que a classe operária deve construir o seu partido sobre a base de seu programa, que essa é uma tarefa histórica, insubstituível e inadiável, que se realizará utilizando as ferramentas científicas que proporciona o materialismo. Que a classe operária lutará para impor a legalidade deste programa, deste partido, contra todas as manobras e pressões da burguesia, que quer manter os revolucionários na ilegalidade. Essa concepção nunca deve ser esquecida. Isto não significa não aproveitar a legalidade para editar boletins e jornais para organizar um trabalho mais amplo. Aproveitar a legalidade para uma organização mais ampla no terreno político ou sindical, mas sem dissolver jamais o partido revolucionário.

Moreno aplicará completamente a sua formulação em 1954 sobre a construção de um partido centrista legal. Naquela oca-

sião, dizia: *"Nós somos extremamente débeis na utilização da legalidade em todas as suas possibilidades, inclusive para ganhá-la por nosso esforço, mas, ao mesmo tempo, somos os únicos que podemos estabelecer uma ligação, por nossa estrutura e programa, entre o partido legal e a vanguarda operária. Dessa contradição, surge a necessidade, para nós, de utilizar a legalidade ao máximo, de nos ligar, com este fim, com correntes que caracterizamos como centristas de esquerda, para conquistar juntos a legalidade. A unidade com os grupos centristas para conquistar juntos a legalidade, através de um único partido, é completamente progressiva"*.

Sobre essa base, chegaria a um novo turno de sua etapa legalista. Utilizando o partido Socialista Argentino do dirigente Coral, conseguiu a legalidade do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Nas eleições de 1973, com uma campanha extremamente democratizante, sem nenhuma característica da política revolucionária, conseguiu, em março, 70.000 votos, e, em setembro, 180.000. Desempenharia seguidamente um papel nefasto, tanto previamente como durante a ditadura militar de 1976. A falta de previsão e a equivocada caracterização da mesma se desprendiam do abandono do método marxista para analisar a realidade. Esses graves erros custariam a desapareição de dezenas de valiosos companheiros, outras dezenas foram para o exílio.

Em seu último período, com o retorno de Moreno ao país, logo após uns anos na Colômbia, teria lugar o seu grande experimento político, e a jogada final, buscando se afastar da estruturação de uma organização de tipo Bolchevique. Moreno

prescinde da necessidade desse tipo de Partido, para substituí-lo por organizações frouxas, onde as portas estão abertas a qualquer um que passe por seus locais partidários. O *Movimento Ao Socialismo (MAS)* materializaria o velho anseio de criar um massivo partido de esquerda. Com limites programáticos difusos, procurava não obstaculizar a entrada de ninguém. O *"Moreno da última época perdia até o verniz trotskizante"*, nas palavras de Guillermo Lora. ■

Pelo Comitê Central da seção Argentina



“O Movimento Ao Socialismo (MAS) materializaria o velho anseio de criar um massivo partido de esquerda. Com limites programáticos difusos, procurava não obstaculizar a entrada de ninguém.”

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR